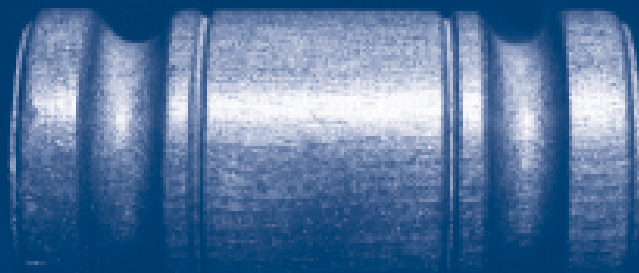


Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC)

Uma análise da capacidade da América Latina de detectar,
punir e prevenir a corrupção

2023



Brian Winter
Vicepresidente de Policy
em AS/COA

Geert Aalbers
Sócio
em Control Risks

QUEM SOMOS



Americas Society/Council of the Americas é o mais importante fórum dedicado à educação, debate e diálogo nas Américas. Tem como missão promover o entendimento de questões políticas, sociais e econômicas contemporâneas na América Latina, Caribe e Canadá. As conclusões deste relatório não refletem necessariamente os pontos de vista de AS/COA ou de seus membros.

Control Risks

A Control Risks é uma consultoria global especializada em gestão de riscos. Capacitamos os nossos clientes a terem êxito num mundo complexo e volátil. Por meio de inteligência de mercado, avaliação de riscos e uso de tecnologia, auxiliamos nossos clientes a permanecerem seguros e em conformidade. Em crises ou situações complexas, ajudamos nossos clientes a agir decisivamente e recuperar suas operações e sua imagem.

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ESTE ÍNDICE DE CAPACIDADE DE COMBATE À CORRUPÇÃO (CCC) DEVE SER UTILIZADO APENAS COMO UM DOCUMENTO DE REFERÊNCIA E APENAS PARA FINS INFORMATIVOS. O USO DE QUALQUER INFORMAÇÃO CONTIDA NO ÍNDICE CCC SERÁ POR CONTA E RISCO DA PARTE INTERESSADA, SEM RESPONSABILIZAÇÃO PARA A AMERICAS SOCIETY/COUNCIL OF THE AMERICAS OU PARA A CONTROL RISKS. NENHUMA PARTE EDITARÁ, ALTERARÁ OU UTILIZARÁ QUALQUER TRECHO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO ÍNDICE CCC DE MANEIRA QUE DISTORÇA, ALTERE, EMPREGUE INDEVIDAMENTE OU DETURPE O ÍNDICE CCC, CONFORME PUBLICADO PELA AMERICAS SOCIETY/COUNCIL OF THE AMERICAS E PELA CONTROL RISKS.

Conteúdo

02 Introdução

04 Visualizações de Dados

04 Pontuações Gerais

05 Pontuações Gerais 2019-2023

06 Variação de Pontuação Geral 2022-2023

07 Resultados por Categoria

08 Relatórios por País

08 Uruguai

10 Costa Rica

12 Chile

14 Peru

16 República Dominicana

18 Panamá

20 Argentina

22 Brasil

24 Colômbia

26 Equador

28 Paraguai

30 México

32 Guatemala

34 Bolívia

36 Venezuela

38 Metodologia

42 Apêndice de Dados

junho de 2023



Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC) de 2023

Uma análise da capacidade da América Latina de detectar, punir e prevenir a corrupção

O Índice CCC de 2023 reflete um ambiente de combate à corrupção marcado por tensões persistentes em toda a América Latina. Com governos democráticos e instituições cruciais sob pressão em muitos países, o Índice registrou um declínio na pontuação média regional pela primeira vez desde 2020. As pontuações caíram, em graus variados, em dez dos 15 países estudados.

A corrupção continua sendo um grande desafio em toda a América Latina, com quase 70% dos entrevistados na pesquisa do Índice feita com importantes especialistas anticorrupção da região concordando que esta é uma “das principais preocupações para a maioria das pessoas em relação aos seus países”. Em muitos países da região, no entanto, outros desafios, como crimes violentos, a lenta recuperação econômica pós-pandemia e a preocupação com o retrocesso democrático tornaram-se prioridades mais elevadas para os governos, a mídia e a sociedade civil. O resultado é um ambiente anticorrupção que em muitos países está menos ativo e mobilizado do que em anos anteriores. Os reveses em geral não foram drásticos em comparação com 2022, mas refletem uma erosão constante que vem ocorrendo há anos.

Tanto países no topo do Índice, como Uruguai e Costa Rica, quanto países na base, como Guatemala e Venezuela, registraram declínios, o que deixa claro que nenhum país está imune à estagnação ou ao retrocesso na luta contra a corrupção.

UMA FERRAMENTA BASEADA EM DADOS

A Americas Society/Council of the Americas (AS/COA) e a Control Risks estão publicando a quinta edição do Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC). Lançado pela primeira vez em 2019, o Índice avalia a capacidade dos países latino-americanos de detectar, punir e prevenir a corrupção.

Em vez de medir a percepção sobre os níveis de corrupção, o Índice CCC avalia e classifica países com base na eficácia com que podem combater a corrupção. Os países com uma pontuação mais alta são considerados mais propensos a ver atores corruptos processados e punidos. Uma continuação da impunidade é mais provável em países no extremo inferior da escala.

O Índice CCC analisa 14 variáveis, incluindo a independência das instituições jurídicas, a força do jornalismo investigativo e o nível de recursos disponíveis para combater crimes de colarinho branco. O Índice se baseia em extensas bases de dados e em uma pesquisa exclusiva conduzida com especialistas em combate à corrupção da Control Risks, do setor acadêmico, da sociedade civil, mídia e do setor privado. Pelo quarto ano consecutivo, o Índice abrange 15 países, que juntos representam 96% do PIB da América Latina.

O país com a pontuação mais alta no Índice CCC de 2023 é o Uruguai (6,99 pontos de um total de 10). O Uruguai foi seguido pela Costa Rica (6,76), Chile (6,67), Peru (5,53), República Dominicana (5,42), Panamá (5,39), Argentina (5,07), Brasil (4,83), Colômbia (4,78), Equador (4,68), Paraguai (4,61), México (3,87), Guatemala (2,86), Bolívia (2,56) e Venezuela (1,46).

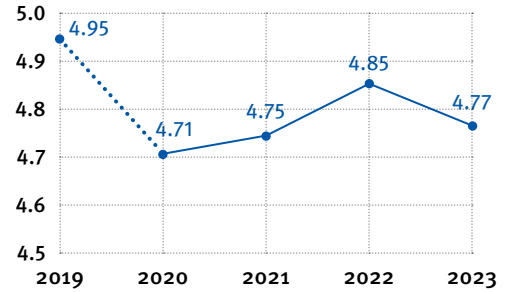
ALGUNS DOS PRINCIPAIS RESULTADOS:

- Dois dos 15 países tiveram quedas significativas em suas pontuações em 2023 e um país teve uma melhora significativa. Os demais países tiveram mudanças relativamente pequenas nas pontuações (de até 6%), embora, com poucas exceções, essas variações em relação ao ano anterior foram todas negativas.
- O Uruguai permaneceu mais uma vez no topo do Índice, embora tenha registrado o segundo ano consecutivo de queda. Apesar de contratempos moderados, a Costa Rica e o Chile também mantiveram a segunda e terceira posições.
- O Panamá teve o maior ganho proporcional em sua pontuação geral, impulsionado principalmente por avanços na capacidade legal. O Panamá, República Dominicana e Paraguai melhoraram suas pontuações gerais pelo terceiro ano consecutivo.
- Guatemala e Venezuela tiveram quedas substanciais em suas pontuações gerais. Guatemala e México são os únicos países cujas pontuações gerais caíram todos os anos desde que o Índice foi lançado em 2019.

O objetivo do Índice CCC não é envergonhar ou apontar dedos a países, mas promover um debate baseado em políticas públicas, que ajude governos, a sociedade civil e o setor privado a identificar — por meio de dados e uma metodologia robusta — áreas de sucesso e deficiências a serem abordadas.

Pontuação Geral

Pontuação Regional Geral



Nota: A pontuação geral de 2019 não incluiu Bolívia, Costa Rica, Equador, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

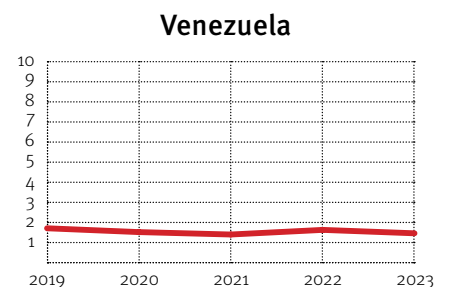
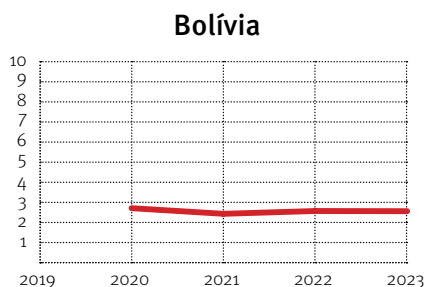
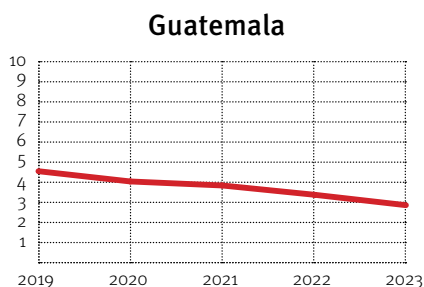
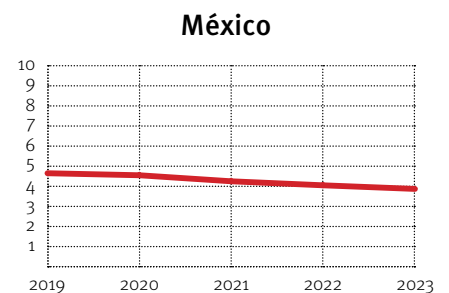
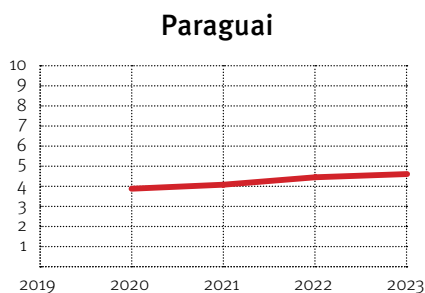
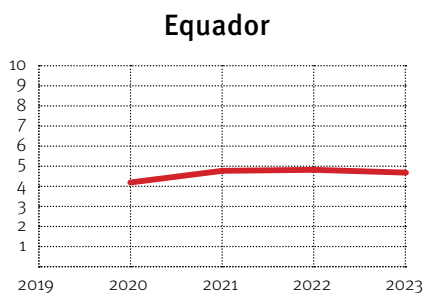
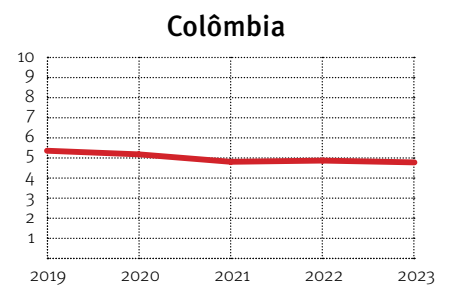
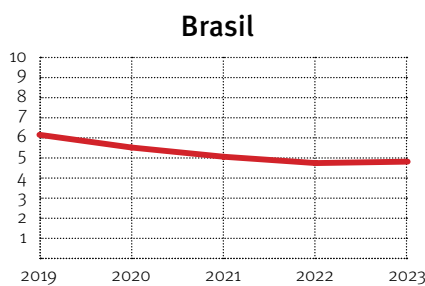
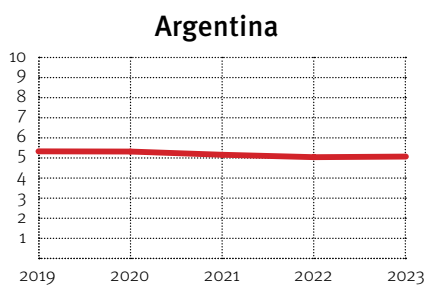
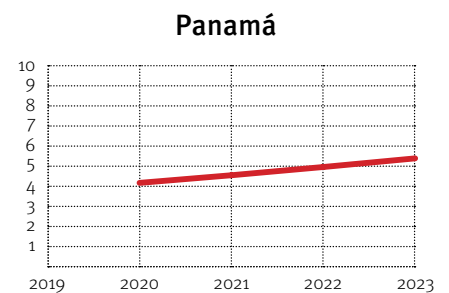
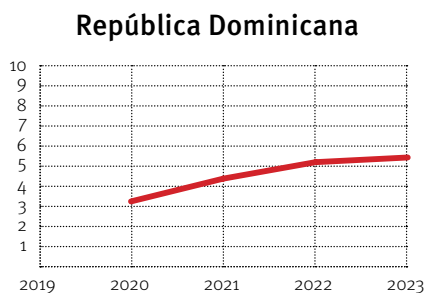
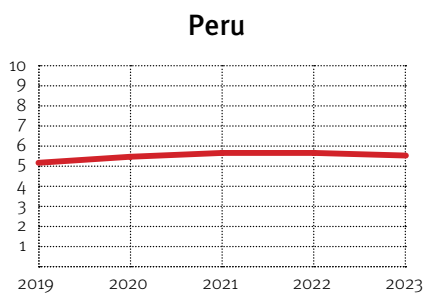
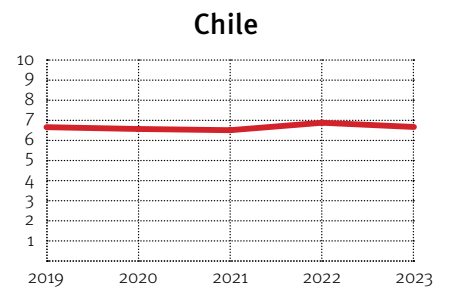
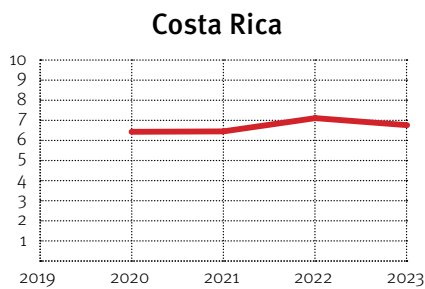
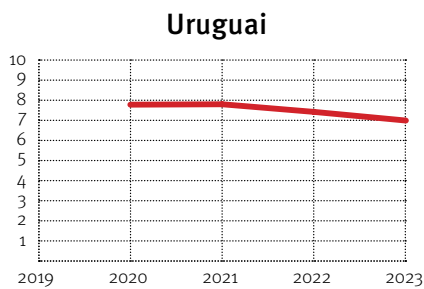


Ranking Geral

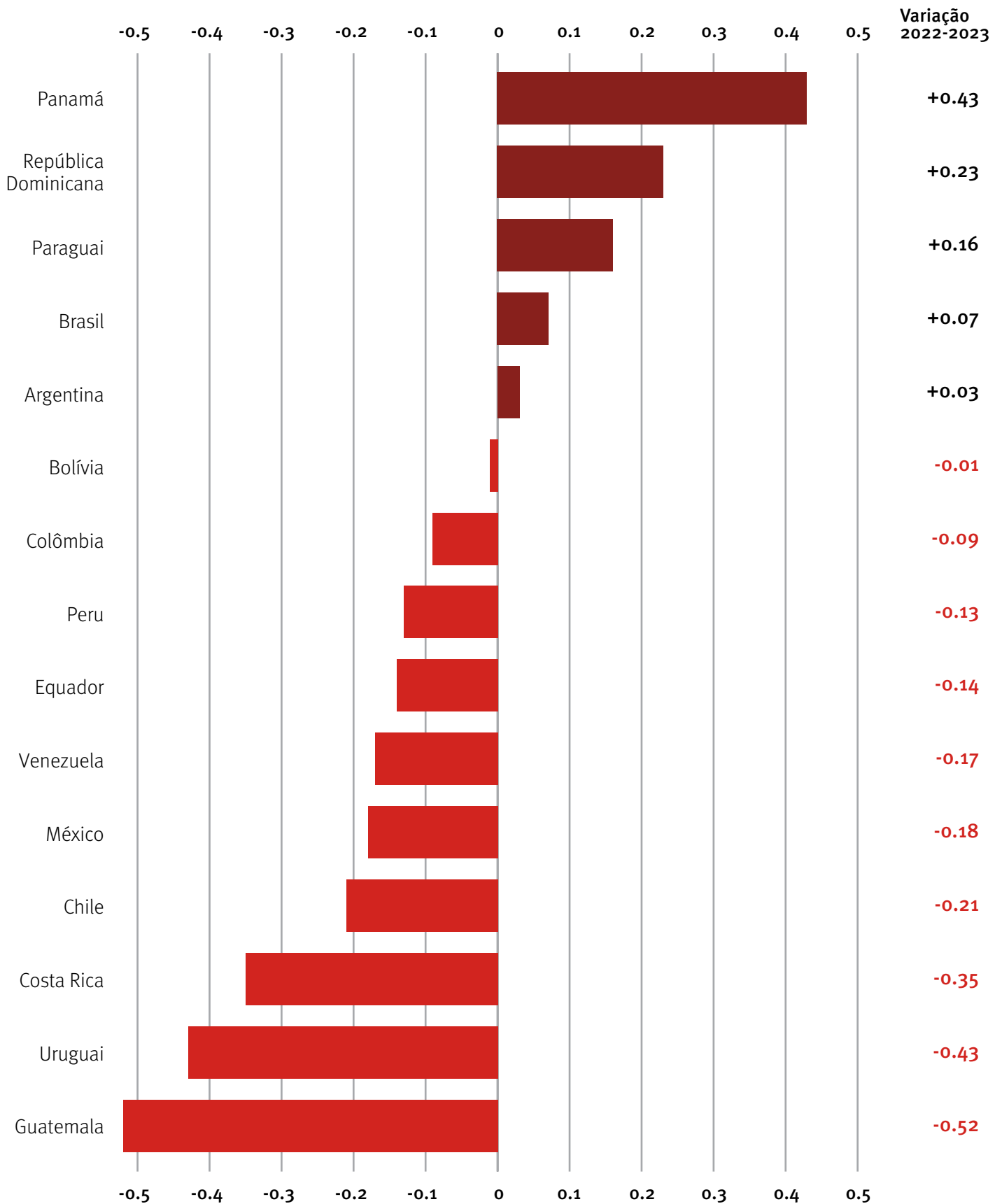
1	Uruguai	6.99
2	Costa Rica	6.76
3	Chile	6.67
4	Peru	5.53
5	República Dominicana	5.42
6	Panamá	5.39
7	Argentina	5.07
8	Brasil	4.83
9	Colômbia	4.78
10	Equador	4.68
11	Paraguai	4.61
12	México	3.87
13	Guatemala	2.86
14	Bolívia	2.56
15	Venezuela	1.46



Pontuações Gerais (2019–2023)

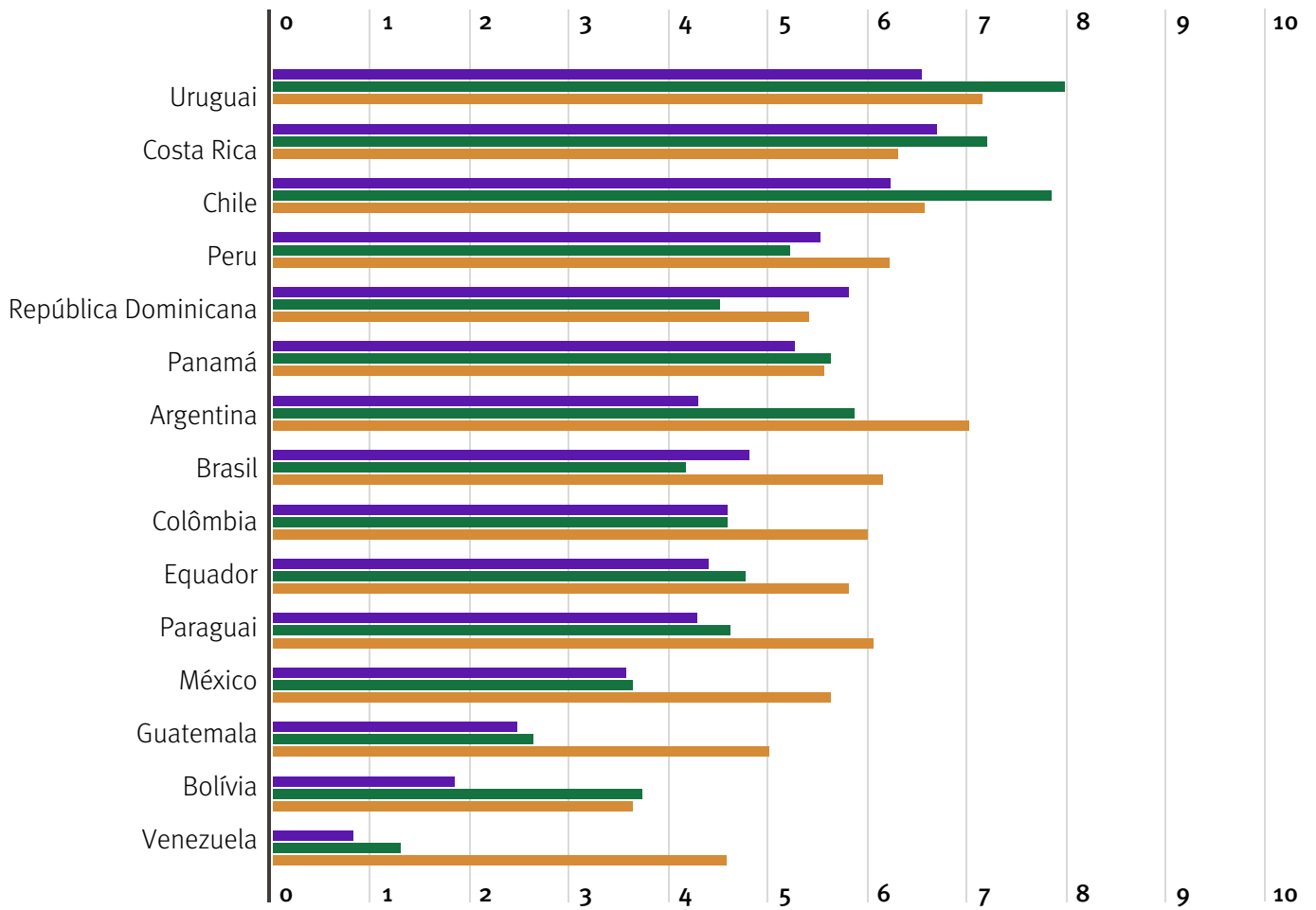


Varição de Pontuação Geral 2022-2023



Resultados por Categoria

■ Capacidade Legal ■ Democracia e Instituições Políticas ■ Sociedade Civil e Mídia



Capacidade Legal

Democracia e Instituições Políticas

Sociedade Civil e Mídia





URUGUAI

1
RANKING

6.99

Pontuação 2023

7.42

Pontuação 2022

7.80

Pontuação 2021

7.78

Pontuação 2020

6.54 Capacidade Legal

7.98 Democracia e Instituições Políticas

7.15 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

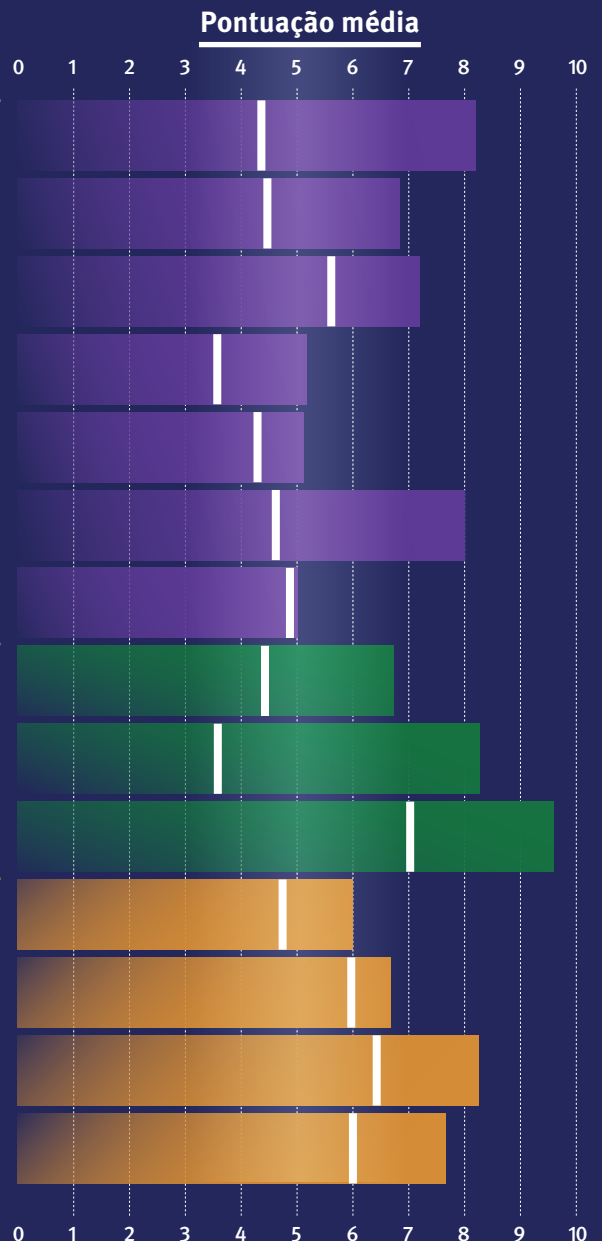
Sociedade Civil e Mídia

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais





1

RANKING

URUGUAI

Uruguai continua no topo do Índice, apesar de uma queda de 6% em sua pontuação geral e um retrocesso das pontuações nas três categorias. Mesmo que o país venha apresentando uma leve tendência de queda desde 2021, ele ainda supera a média regional em todas as variáveis.

O Uruguai registrou retrocessos em variáveis-chave ligadas à capacidade legal, como a independência e eficiência do judiciário, a capacidade de combater crimes de colarinho branco e a cooperação internacional na aplicação da lei. Alguns observadores acham que a principal agência anticorrupção do país, a Junta de Transparência e Ética Pública (JUTEP), continua sem recursos suficientes, o que pode prejudicar futuros esforços anticorrupção. Uma ex-presidente da JUTEP que renunciou em novembro de 2022 afirmou anteriormente que a organização carecia de recursos e havia se politizado.

Um escândalo de corrupção envolvendo Alejandro Astesiano, ex-chefe de segurança do presidente Luis Lacalle Pou, levou alguns observadores a questionar a reputação de boa governança do Uruguai. Astesiano foi acusado de falsificar certidões de nascimento para emitir passaportes uruguaios falsos para cidadãos russos e foi condenado em fevereiro a quatro anos e meio de prisão por tráfico de influência e associação criminosa, entre outros crimes. Lacalle Pou negou ter qualquer conhecimento dos crimes de Astesiano. A imprensa uruguaia desempenhou um papel fundamental na divulgação do caso, o que indica o poder dos jornalistas do país para desmascarar a corrupção.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Se aprovado, um projeto de lei em discussão no Congresso poderia designar um conselho de diretores de três membros para chefiar o Gabinete do Procurador-Geral. Esse conselho incluiria o atual procurador-geral e dois procuradores indicados pelo Poder Executivo, com aprovação de três quintos do Senado. O debate sobre o projeto de lei continuará contencioso – a coalizão governista apoiou a proposta e a oposição é contra por temer o risco de interferência política.

O Uruguai realizará eleições gerais em outubro de 2024 e, devido ao aumento da atenção da mídia resultante do caso Astesiano, a corrupção pode ser um tema importante da campanha.



COSTA RICA

2
RANKING

6.76

Pontuação 2023

7.11

Pontuação 2022

6.45

Pontuação 2021

6.43

Pontuação 2020

6.69 Capacidade Legal

7.19 Democracia e Instituições Políticas

6.30 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

Sociedade Civil e Mídia

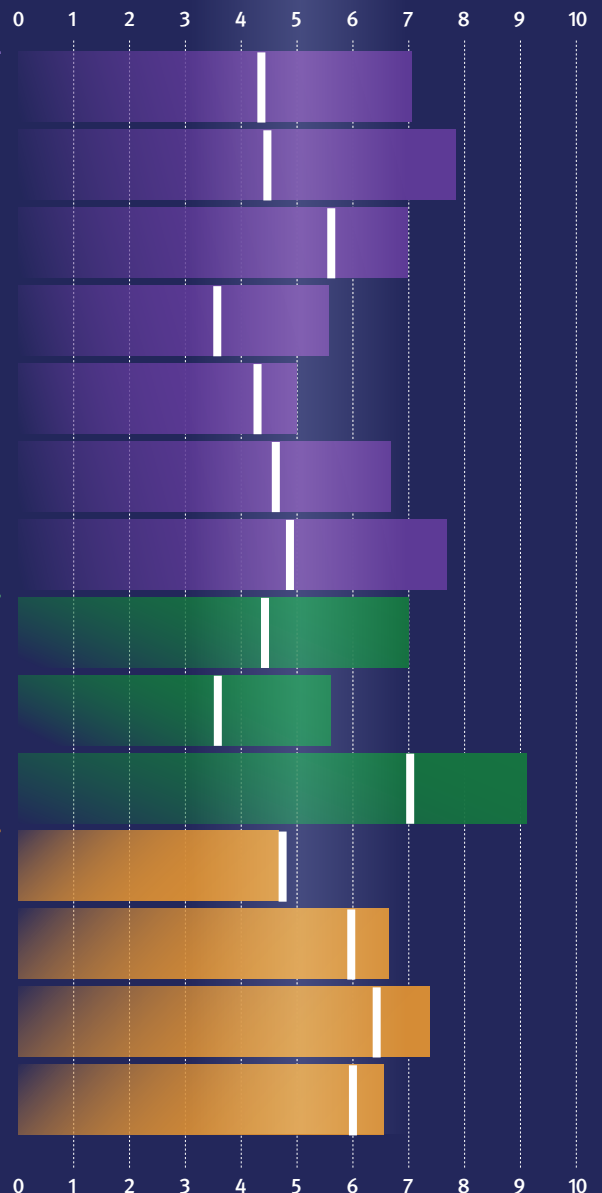
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Pontuação média





COSTA RICA

A pesar de um revés de 5% em sua pontuação geral, a Costa Rica manteve o segundo lugar no ranking, e sua pontuação em 2023 permaneceu acima dos níveis de 2021 e 2020. A Costa Rica teve quedas moderadas nas categorias democracia e instituições políticas e capacidade legal, e registrou um ligeiro aumento na categoria sociedade civil e mídia.

A Costa Rica experimentou retrocessos em indicadores-chave relacionados ao Ministério Público, financiamento de campanha e qualidade da imprensa, mas manteve sua classificação entre os três primeiros nessas variáveis. O presidente Rodrigo Chaves, no cargo desde maio de 2022, concorreu com uma plataforma antissistema e anticorrupção. Seu governo propôs legislação para oferecer proteção e, em alguns casos, compensação financeira para aqueles que denunciem e sirvam como testemunhas em processos criminais relacionados a atos de corrupção.

Após o ciclo eleitoral de 2022, o país registrou um recuo de 9% na variável que avalia a qualidade da legislação de financiamento de campanha. Em junho de 2022, o tribunal eleitoral anunciou que uma investigação sobre o financiamento da campanha presidencial de Chaves revelou “um esquema de financiamento obscuro” e estão em andamento investigações sobre o financiamento de vários partidos políticos durante a campanha de 2022. Em setembro, uma comissão especial do Congresso começou a investigar o suposto financiamento irregular. Chaves nega qualquer irregularidade. A Costa Rica teve um revés de 12% na variável que avalia a qualidade da imprensa e do jornalismo investigativo, e observadores demonstram preocupação com as críticas de Chaves a meios de comunicação independentes.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

As investigações no caso *Cochinilla* (um dos exemplos mais significativos de corrupção no setor da construção que já houve na Costa Rica) continuarão. O progresso pode ser lento devido a ineficiências no sistema judicial.

Em fevereiro de 2023, a Costa Rica foi adicionada pela primeira vez a uma lista de 16 jurisdições que a União Europeia designou como não cooperativas para fins fiscais. O governo se comprometeu a adaptar a legislação e minimizar o impacto no investimento resultante da decisão. Espera-se que a UE atualize esta lista em outubro de 2023.



CHILE

3
RANKING

6.67

Pontuação 2023

6.88

Pontuação 2022

6.51

Pontuação 2021

6.57

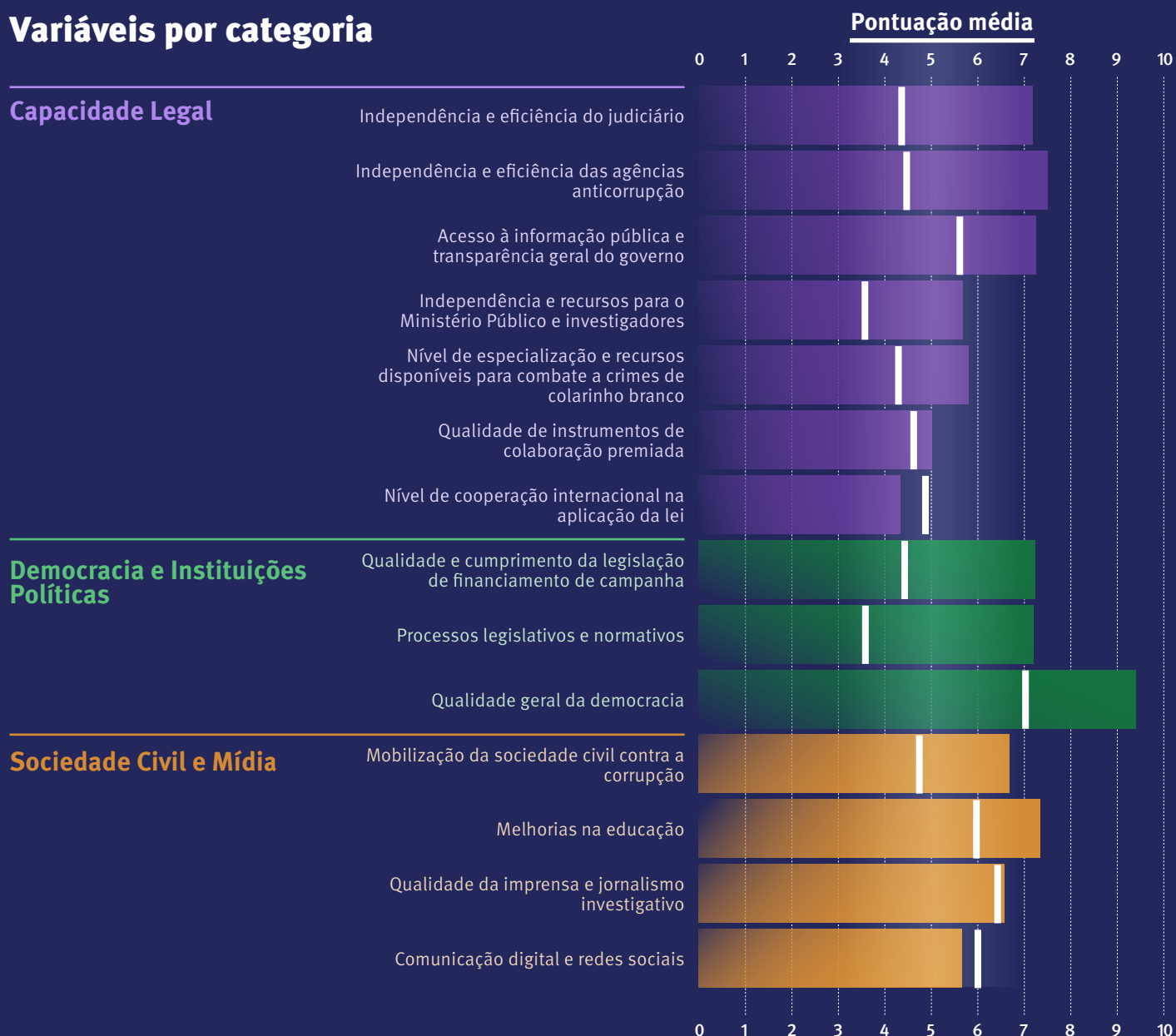
Pontuação 2020

6.22 Capacidade Legal

7.84 Democracia e Instituições Políticas

6.56 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





3

RANKING

CHILE

A pontuação geral do Chile caiu 3%, o que indica uma certa estagnação na luta do país contra a corrupção. O Chile manteve-se no terceiro lugar e permanece bem acima da média regional nas três categorias. Grandes investigações sobre casos de corrupção continuam avançando, como as que têm como alvo oficiais do alto escalão do Exército. O ritmo sustentado das investigações e indiciamentos indica que a capacidade do país para detectar e punir a corrupção continua robusta.

Níveis elevados de politização afetaram algumas instituições no ano passado. Após o término do mandato do procurador-geral anterior em setembro de 2022, o governo de Gabriel Boric indicou, sem sucesso, dois candidatos para substituí-lo. O Senado aprovou um terceiro candidato em janeiro de 2023, também indicado por Boric. Alguns críticos descreveram o processo para nomear um novo procurador-geral como politizado e pouco transparente.

O maior revés registrado pelo Chile em 2023 foi na categoria sociedade civil e mídia, com um declínio de 8%. Tanto a mídia quanto a sociedade civil do Chile permanecem independentes e robustas, mas o interesse público pela corrupção parece ter diminuído nos últimos anos, pois questões como o crime organizado e a economia passaram a ter maior prioridade.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O governo de Boric tem trabalhado para promover uma Estratégia Nacional de Integridade Pública, incluindo planos para introduzir leis que abordam conflitos de interesse em cargos públicos, a criação de um novo canal de denúncias, o fortalecimento da transparência a nível municipal e melhoras na legislação que controla as atividades de lobby no Chile.

Os eleitores rejeitaram uma proposta para uma nova constituição no referendo de setembro de 2022, e o Conselho Constitucional está redigindo outro documento. Os princípios de probidade, transparência, responsabilidade e anticorrupção provavelmente farão parte da nova constituição proposta. Ela será votada em um referendo marcado para 17 de dezembro.



PERU

4
RANKING

5.53

Pontuação 2023

5.66

Pontuação 2022

5.66

Pontuação 2021

5.47

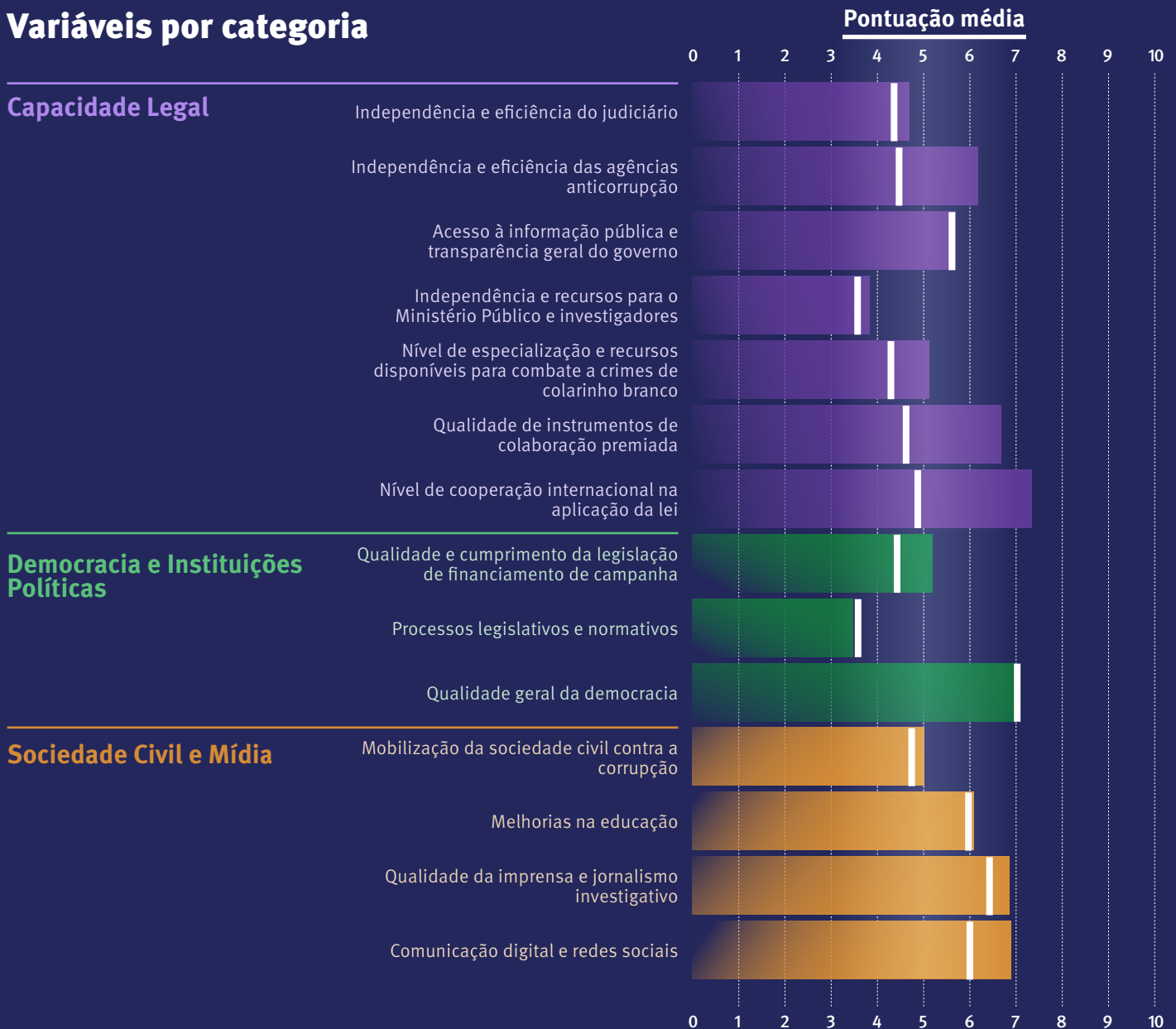
Pontuação 2020

5.51 Capacidade Legal

5.21 Democracia e Instituições Políticas

6.21 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





PERU

4

RANKING

Apesar de ligeiros contratempos em todas as categorias, o Peru permaneceu em 4º lugar no Índice CCC, posição que ocupa desde 2021. O pequeno declínio de 2% registrado pelo Peru em relação ao ano anterior em sua pontuação geral indica que o país ainda tem sido capaz de lidar com a corrupção, apesar de uma grave instabilidade política.

A remoção do ex-presidente Pedro Castillo do cargo, por meio de um impeachment em dezembro de 2022, após sua tentativa de dissolver o Congresso em um autogolpe, exacerbou as tensões políticas existentes. O impeachment de Castillo, bem como a corrupção e a desigualdade, motivaram protestos antigovernamentais em grande escala no fim de 2022 e no início de 2023. Castillo está em prisão preventiva sob a acusação de conspiração e rebelião e negou irregularidades.

Apesar da incerteza política, as autoridades peruanas ainda estão realizando investigações de corrupção significativas. Os promotores estão investigando Castillo e a presidente Dina Boluarte por suposta lavagem de dinheiro. (Boluarte negou qualquer irregularidade.) O Peru ocupa o terceiro lugar na região na variável que avalia a cooperação internacional em esforços anticorrupção, depois de registrar um aumento de 10% em comparação a 2022. O ex-presidente Alejandro Toledo foi extraditado dos EUA para o Peru em abril. Toledo, que supostamente recebeu US\$ 20 milhões em propinas da construtora brasileira Odebrecht em troca de contratos de obras públicas durante sua presidência, negou a acusação.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Boluarte prometeu combater a corrupção, mas a atual limitação na sua capacidade de governar provavelmente impedirá qualquer tentativa de aprovar uma legislação anticorrupção significativa. Preocupações com a segurança e relatos de uso excessivo de violência pelas forças militares e policiais durante protestos antigovernamentais terão precedência sobre questões de corrupção.

As nomeações de cargos judiciais importantes no futuro próximo podem ser marcadas por polarização. A seleção dos novos membros do Conselho Nacional de Justiça (JNJ) do Peru está prevista para 2024. O JNJ regula a seleção de juízes, promotores e outros cargos públicos, entre outras atribuições.



5
RANKING

REPÚBLICA DOMINICANA

5.42

Pontuação 2023

5.19

Pontuação 2022

4.38

Pontuação 2021

3.26

Pontuação 2020

5.80 Capacidade Legal

4.50 Democracia e Instituições Políticas

5.41 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

Sociedade Civil e Mídia

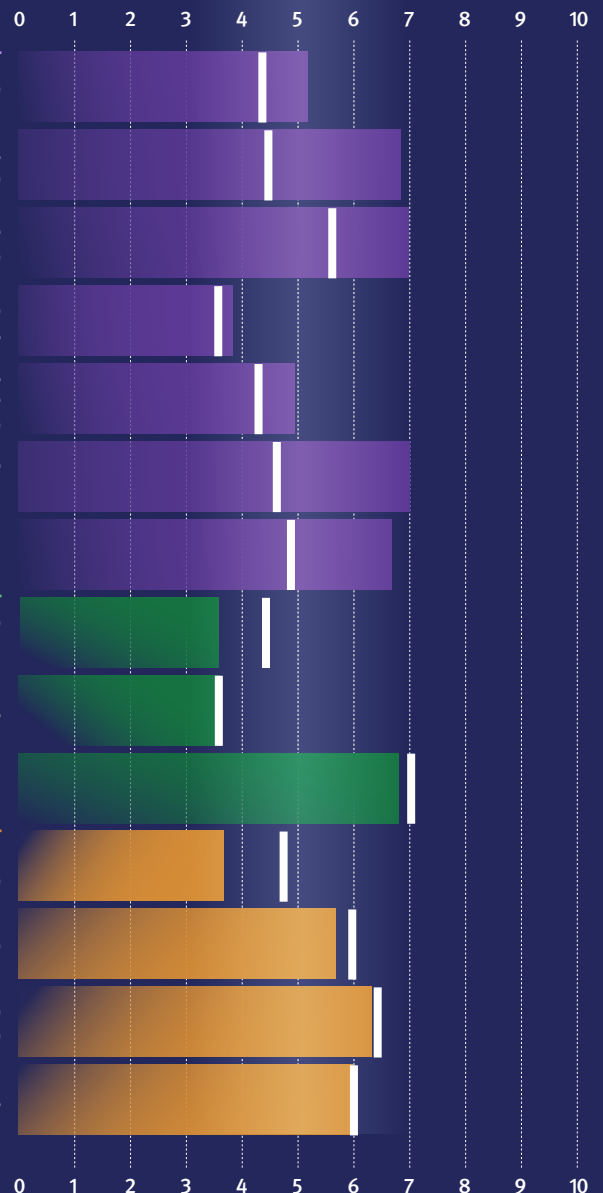
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Pontuação média





5
RANKING

REPÚBLICA DOMINICANA

A República Dominicana manteve o ritmo de progresso no combate à corrupção, com uma melhora de 4% que permitiu ao país manter o 5º lugar no Índice. Os maiores avanços foram registrados na categoria capacidade legal, que subiu 11% em comparação com 2022, impulsionada por um aumento significativo nas variáveis que avaliam instrumentos de colaboração premiada e agências anticorrupção. As variáveis que medem a independência do judiciário e a independência do Ministério Público também tiveram ganhos moderados.

No entanto, o país sofreu um retrocesso na categoria sociedade civil e mídia. A República Dominicana tem poucas ONGs dedicadas à transparência e ao combate à corrupção e fica atrás da média regional na variável que avalia a mobilização da sociedade civil contra a corrupção. Desde que assumiu o cargo em 2020, o presidente Luis Abinader vem enfatizando o combate à corrupção, o que contribuiu para o progresso geral. Em julho de 2022, Abinader assinou um projeto de lei de confisco de ativos. No entanto, é possível que sejam necessários mais recursos para agências anticorrupção, e os recursos para fiscalizar o cumprimento das leis anticorrupção em todos os níveis permanecem limitados, dizem os analistas.

A Procuradoria Especializada em Perseguição da Corrupção Administrativa (PEPCA) deu continuidade a várias investigações anticorrupção de alto nível no ano passado, como a *Operación Coral*, a *Operación Coral 5G*, a *Operación Antipulpo*, a *Operación Medusa* e a *Operación Calamar*. Essas investigações se concentraram principalmente em funcionários do ex-governo do Partido da Libertação Dominicana (PLD). Membros do atual governo associados a supostos casos de corrupção foram demitidos ou renunciaram.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Uma eleição geral será realizada em maio de 2024, o que aumentará a fiscalização do financiamento de campanhas. Embora Abinader ainda não tenha anunciado sua candidatura, ele é visto como provável candidato à reeleição.

As investigações de corrupção da PEPCA continuarão, mas provavelmente permanecerão focadas no PLD. Isso pode levar a manifestações esporádicas da oposição, como os protestos isolados vistos em março de 2023.



PANAMÁ

6
RANKING

5.39

Pontuação 2023

4.96

Pontuação 2022

4.55

Pontuação 2021

4.17

Pontuação 2020

5.26 Capacidade Legal

5.62 Democracia e Instituições Políticas

5.55 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

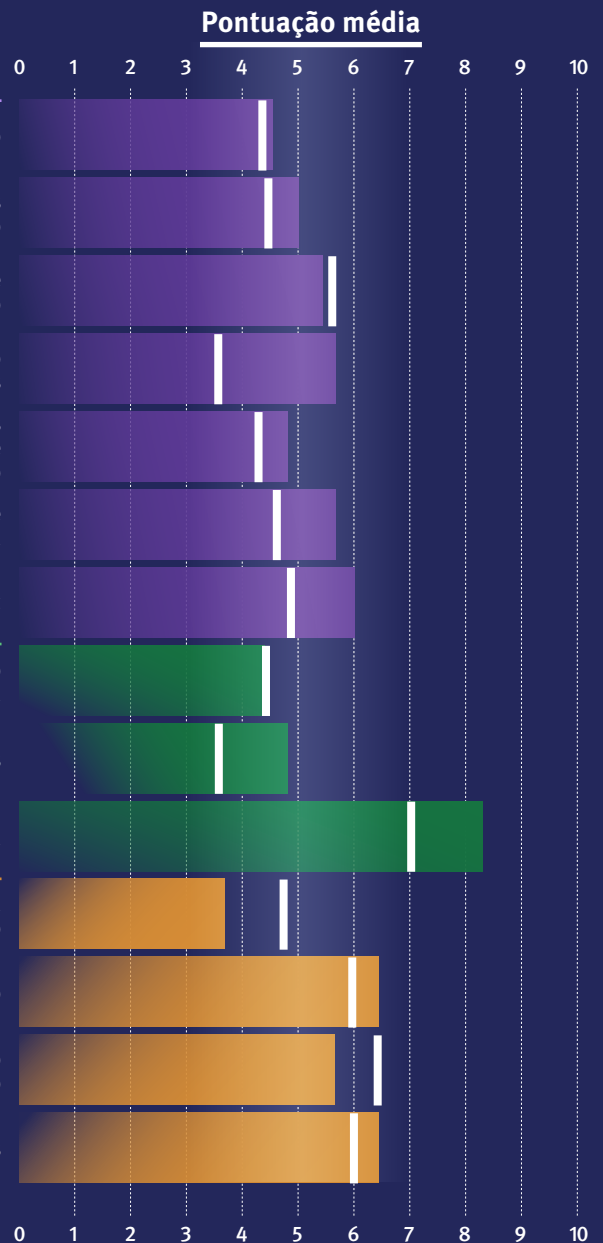
Sociedade Civil e Mídia

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais





PANAMÁ

A pontuação geral do Panamá subiu 9% em relação ao ano anterior, continuando sua trajetória ascendente de três anos no Índice. A categoria capacidade legal é responsável pela maior parte do crescimento, com um salto de 14% desde 2022. O desempenho do Panamá nas outras duas categorias teve pequenas variações em relação ao ano anterior.

Ao longo do ano passado, o Panamá viu melhorias nas variáveis-chave que avaliam as agências anticorrupção e o Ministério Público. As investigações sobre ex-presidentes por suposta corrupção têm avançado. Uma juíza determinou que Ricardo Martinelli e Juan Carlos Varela vão a julgamento por suposta lavagem de dinheiro relacionado a propinas da construtora brasileira Odebrecht. (Varela e Martinelli negaram irregularidades.) Em janeiro, Martinelli foi acusado pelo governo americano de “envolvimento em corrupção significativa” por aceitar subornos em troca de contratos governamentais como presidente, e um julgamento contra Martinelli e outras 14 pessoas por suposta lavagem de dinheiro, parte do caso “New Business”, foi concluído em junho (Martinelli negou irregularidades).

O Grupo de Ação Financeira (GAFI), órgão intergovernamental global que promove a prevenção de lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento do terrorismo, continuou a fiscalizar essas atividades do Panamá. Apesar de o Panamá seguir na “lista cinza” do GAFI, de jurisdições que estão sob mais monitoramento, a organização observou em junho de 2023 que o Panamá havia concluído substancialmente seu plano de ação e feito reformas-chave. O GAFI fará uma aferição in-loco e uma avaliação sobre o estatus do país na “lista cinza” pode acontecer até o final de 2023. O Panamá continua a fazer parte da lista de países não cooperantes da União Europeia para fins tributários.

Em julho e agosto de 2022, manifestações de sindicatos de professores se expandiram e milhares de pessoas foram para as ruas para protestar contra a corrupção e o aumento do custo de vida. O governo do presidente Laurentino Cortizo aprovou algumas reformas para lidar com a corrupção, incluindo uma lei que exige que altos funcionários do governo façam declarações juramentadas sobre qualquer conflito de interesse, e assinou um decreto criando uma Comissão Cidadã Contra a Corrupção.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Um julgamento de 36 pessoas acusadas de lavagem de dinheiro no caso Odebrecht, incluindo os ex-presidentes Varela e Martinelli, está programado para começar em agosto de 2023.

O Panamá realizará eleições gerais em maio de 2024, com primárias marcadas entre junho e julho de 2023. Martinelli, que venceu as primárias do seu partido, lidera nas pesquisas de opinião.



ARGENTINA

7
RANKING

5.07

Pontuação 2023

5.04

Pontuação 2022

5.16

Pontuação 2021

5.32

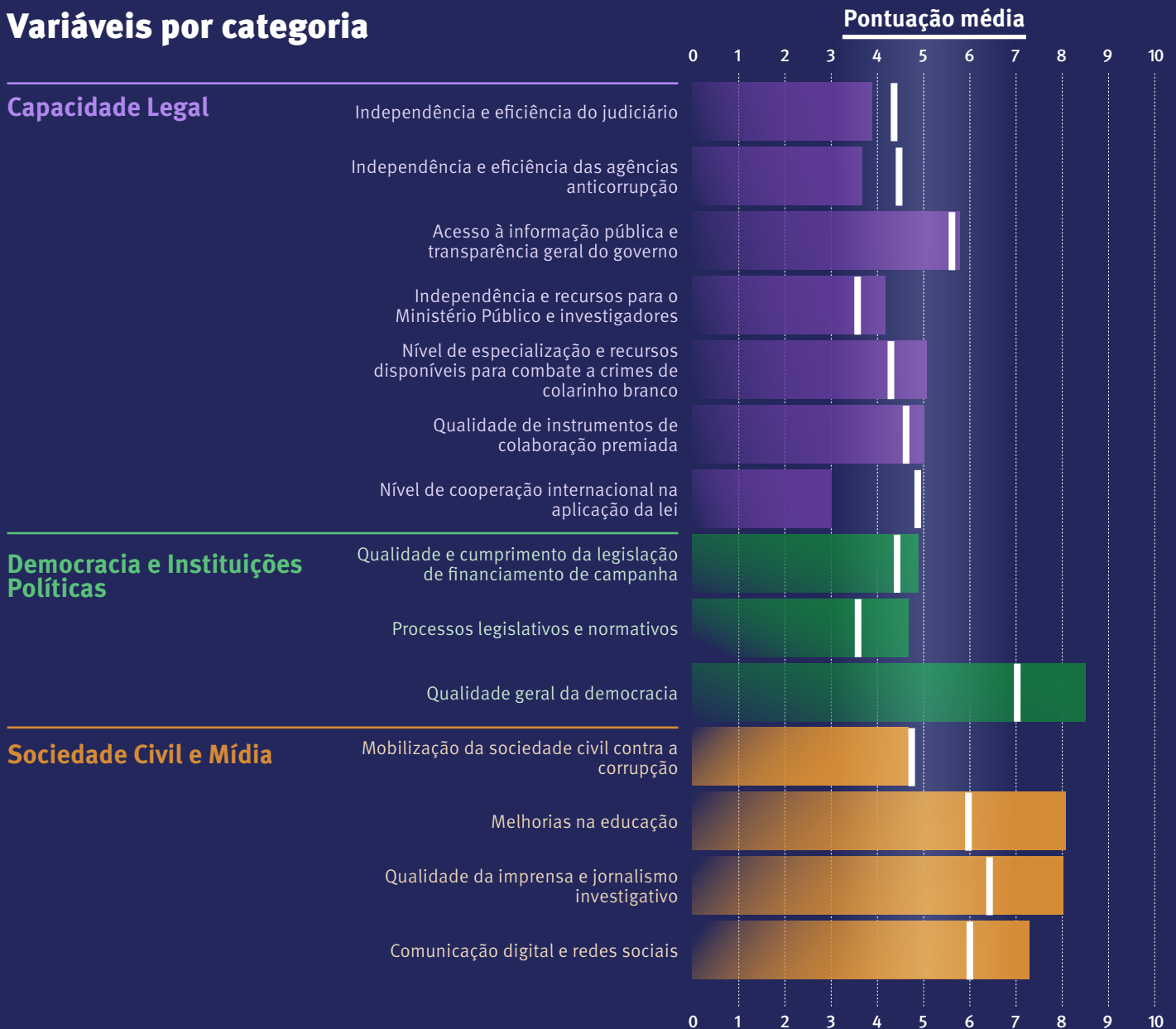
Pontuação 2020

4.28 Capacidade Legal

5.86 Democracia e Instituições Políticas

7.01 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





7

RANKING

ARGENTINA

A pontuação da Argentina ficou praticamente inalterada em relação a 2022, estabilizando-se depois de uma trajetória de três anos de declínio, embora o país tenha ido do 6º para o 7º lugar no ranking geral. A Argentina sofreu pequenos retrocessos em duas categorias: sociedade civil e mídia, e democracia e instituições políticas. Houve uma melhora de 4% em relação ao ano anterior na categoria de capacidade legal, impulsionada por um aumento na variável que avalia as agências de combate à corrupção (embora a Argentina ocupe o 10º lugar nessa variável em toda a região). Ainda assim, a Argentina permanece atrás da média regional em termos de capacidade legal.

Em dezembro de 2022, a atual vice-presidente e ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner foi condenada a seis anos de prisão e proibida permanentemente de voltar a ocupar cargos públicos por suposta administração fraudulenta. Kirchner recorreu da decisão, e o caso pode se arrastar por anos. Kirchner negou qualquer irregularidade e alegou haver uma perseguição judicial e política contra ela.

As tensões entre os poderes Executivo e Judiciário voltaram à tona em janeiro de 2023, quando o presidente Alberto Fernández anunciou sua intenção de promover o impeachment do presidente da Suprema Corte, depois de uma disputa sobre a alocação de recursos públicos que favorecia a cidade de Buenos Aires, controlada pela oposição. O impeachment exigiria uma maioria de dois terços no Congresso e é improvável que ocorra.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Diante das eleições presidenciais em outubro, as pesquisas de opinião indicam que a inflação supera as preocupações com a corrupção para a maioria dos eleitores. É pouco provável que haja algum progresso nas reformas anticorrupção até que este ciclo eleitoral termine.

O governo anunciou medidas para combater a violência, o crime organizado e a lavagem de dinheiro na província de Santa Fé. Em março, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que tem a meta de fortalecer o sistema judiciário de Santa Fé, criando novos cargos para promotores, defensores públicos e juízes. Grupos locais do crime organizado estão usando técnicas de lavagem de dinheiro cada vez mais sofisticadas, e a agência federal de combate à lavagem de dinheiro da Argentina planeja abrir um escritório na província.



BRASIL

8
RANKING

4.83

Pontuação 2023

4.76

Pontuação 2022

5.07

Pontuação 2021

5.52

Pontuação 2020

4.80 Capacidade Legal

4.16 Democracia e Instituições Políticas

6.15 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

Sociedade Civil e Mídia

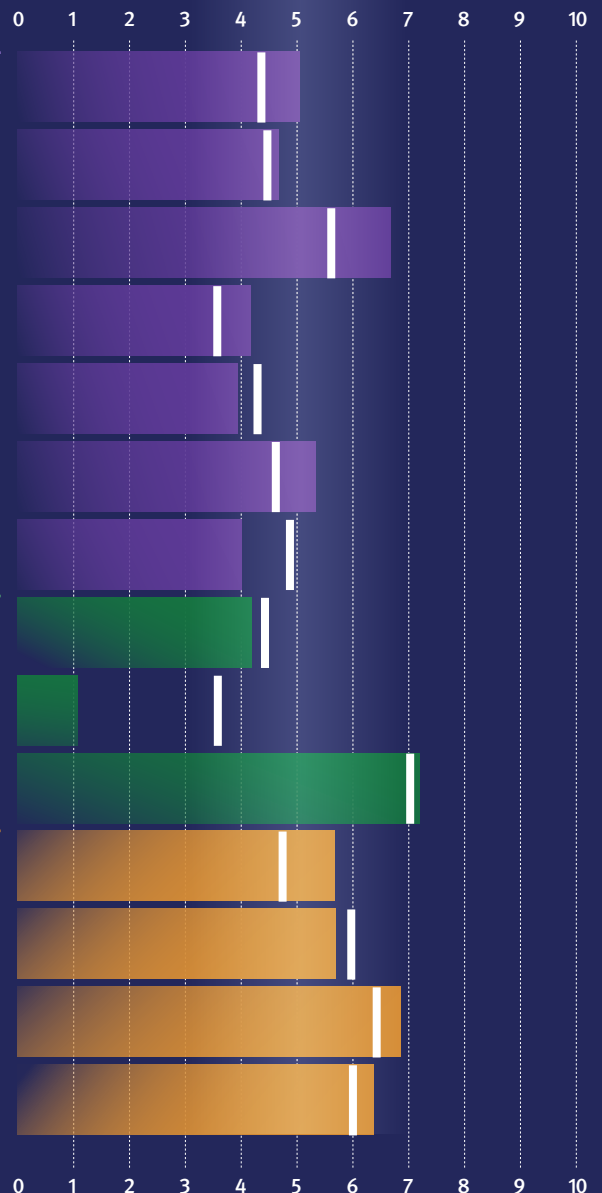
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Pontuação média





8

RANKING

BRASIL

Após um declínio de três anos no Índice, a pontuação geral do Brasil permaneceu relativamente estável, com um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior. A pontuação do Brasil na categoria democracia e instituições políticas subiu, o que reflete uma capacidade de resistência após vários anos de tensões políticas. Na categoria capacidade legal, o país registrou melhora nas variáveis que avaliam a independência e eficiência das agências de combate à corrupção e do judiciário.

As tentativas do ex-presidente Jair Bolsonaro de influenciar politicamente investigações afetaram os esforços anticorrupção do país nos últimos anos. É provável que esses órgãos de supervisão recuperem alguma autonomia no governo atual. No entanto, possíveis mudanças na lei que regula as nomeações políticas em empresas estatais e a intenção declarada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não escolher o próximo procurador-geral de uma lista a ser apresentada pela Associação Nacional dos Procuradores da República, uma tradição que Bolsonaro também não seguiu, podem impactar os avanços feitos pelo país no combate à corrupção.

O maior revés do Brasil foi registrado na variável que mede a qualidade dos processos legislativos e normativos. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha declarado inconstitucional a prática opaca do orçamento secreto, as negociações entre os poderes Executivo e Legislativo permanecem condicionadas ao fisiologismo. O Brasil registrou um declínio de 4% na categoria sociedade civil e mídia, porque ambas se concentraram menos na corrupção e mais em preocupações ligadas às instituições democráticas e à legitimidade do processo eleitoral após as eleições de 2022 e os distúrbios de 8 de janeiro.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Lula tem a prerrogativa de indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal em 2023, e essas nomeações dependem da aprovação do Senado. O mandato do atual procurador-geral Augusto Aras termina em setembro, e Lula decidirá se mantém Aras ou se nomeará um novo procurador-geral.

Observadores estão monitorando como o governo administra sua relação com os deputados federais e senadores e até que ponto essa relação se desenvolverá de forma transparente ou se novos mecanismos opacos surgirão para substituir o orçamento secreto.

As investigações sobre suposta corrupção durante o governo de Bolsonaro continuarão, potencialmente tornando Bolsonaro inelegível como candidato às eleições em 2026.



COLÔMBIA

9
RANKING

4.78

Pontuação 2023

4.87

Pontuação 2022

4.81

Pontuação 2021

5.18

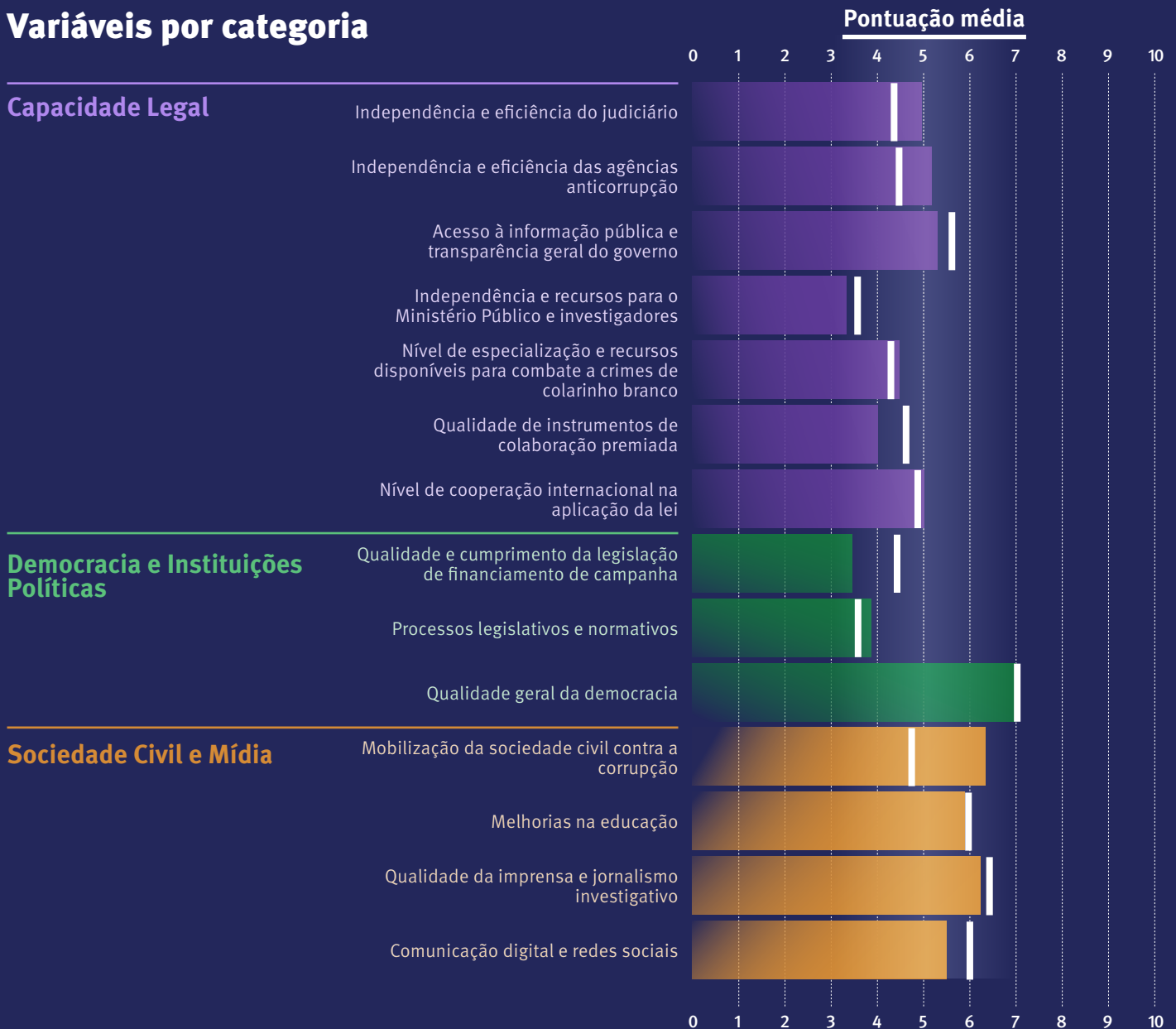
Pontuação 2020

4.58 Capacidade Legal

4.58 Democracia e Instituições Políticas

5.99 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





COLÔMBIA

A pontuação da Colômbia ficou relativamente estável, caindo 2%, o que resultou no descenso do país da oitava para a nona posição no ranking geral. A pontuação da Colômbia caiu principalmente na categoria de sociedade civil e mídia, que retrocedeu 7%, seguida por capacidade legal (queda de 2%). Houve uma melhora moderada na categoria democracia e instituições políticas, o que reverteu uma tendência anterior de queda, mas a Colômbia continua atrás da média regional nessa categoria.

O presidente Gustavo Petro, no cargo desde agosto de 2022, fez do combate à corrupção uma marca de sua campanha presidencial, mas até agora as promessas feitas não se traduziram em uma estratégia clara de combate à corrupção. O governo usou sua influência política para promover outras prioridades, incluindo a iniciativa “paz total” e grandes reformas regulatórias em setores-chave como saúde, trabalho e aposentadoria. As tensões aumentaram entre Petro e o procurador-geral Francisco Barbosa. O presidente declarou que, como chefe de Estado, era o chefe de Barbosa. Em resposta, Barbosa disse que a declaração violava a independência do Judiciário. Alegações de corrupção tocaram o presidente e seu círculo íntimo. Em março de 2023, a Procuradoria-Geral da República anunciou investigações sobre o filho e o irmão de Petro por supostamente aceitarem pagamentos irregulares. Ambos negaram as acusações. Em junho, a Procuradoria-Geral abriu uma investigação sobre o financiamento da campanha eleitoral de Petro em 2022. Petro nega qualquer irregularidade.

Em outubro de 2022, o Congresso ratificou o Acordo de Escazú, que fortalece o acesso à informação e a transparência na gestão dos fundos destinados à proteção ambiental, bem como a proteção de denunciante. A Global Witness registrou 65 assassinatos de defensores ambientais na Colômbia em 2020.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O Plano de Desenvolvimento Nacional do governo de Petro, aprovado pelo Congresso em maio, orientará as políticas públicas do governo nacional, inclusive as relacionadas ao combate à corrupção.

As investigações sobre subornos em troca de contratos para obras públicas pela construtora brasileira Odebrecht estão em andamento. Em fevereiro de 2023, o procurador-geral anunciou que acrescentou 16 pessoas à lista daquelas ligadas ao caso.



EQUADOR

10
RANKING

4.68

Pontuação 2023

4.82

Pontuação 2022

4.77

Pontuação 2021

4.19

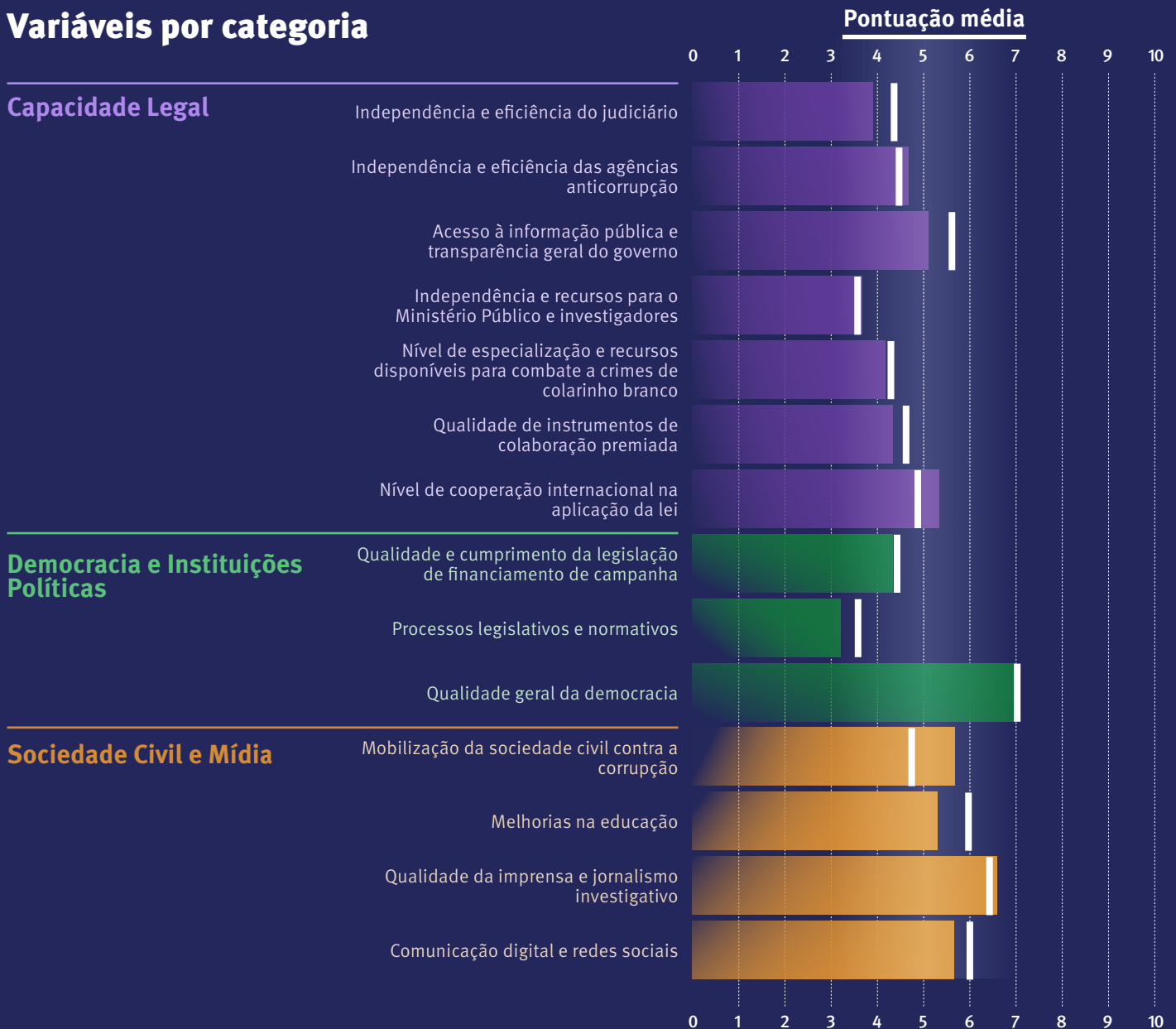
Pontuação 2020

4.39 Capacidade Legal

4.76 Democracia e Instituições Políticas

5.80 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





10
RANKING

EQUADOR

A pontuação do Equador teve uma leve queda de 3% em relação ao ano anterior, levando o país do 9º para o 10º lugar no Índice. Apesar da incerteza política causada pelo processo de impeachment contra o presidente Guillermo Lasso, o ambiente de combate à corrupção do Equador foi de relativa estabilidade no ano passado.

O Equador teve variação mínima nas categorias democracia e instituições políticas e sociedade civil e mídia, e a mudança em sua pontuação geral foi impulsionada por um retrocesso de 6% na categoria capacidade legal em comparação com o ano passado. Dentro dessa categoria, o Equador viu seus maiores declínios nas variáveis que avaliam as agências anticorrupção e a cooperação internacional na aplicação da lei. No início deste ano, os eleitores rejeitaram o referendo de oito perguntas proposto por Lasso que teria autorizado a extradição por crime organizado. Em fevereiro, o país aprovou uma nova lei de transparência e acesso à informação pública, área em que o Equador está abaixo da média do Índice.

Informações na mídia sobre supostos casos de corrupção em empresas estatais levaram a um pedido de impeachment contra Lasso em maio. O presidente negou irregularidades. Lasso invocou um mecanismo constitucional para dissolver o Congresso e convocar novas eleições presidenciais e legislativas e declarou que não seria candidato. Alguns analistas questionaram a força das acusações contra Lasso, cuja popularidade andava baixa em meio a uma recente onda de violência relacionada ao crime organizado no Equador. Em um caso separado, foram feitas acusações em março contra o ex-presidente Lenín Moreno, junto com outras 36 pessoas, por suposta corrupção relacionada a um contrato de uma usina hidrelétrica. Moreno negou qualquer irregularidade.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O Equador realizará eleições presidenciais e legislativas em 20 de agosto. As condições do mecanismo constitucional permitem que Lasso governe por decreto, sujeito à aprovação do Tribunal Constitucional, até que os novos eleitos iniciem seus mandatos.



PARAGUAI

11
RANKING

4.61

Pontuação 2023

4.45

Pontuação 2022

4.08

Pontuação 2021

3.88

Pontuação 2020

4.27 Capacidade Legal

4.61 Democracia e Instituições Políticas

6.05 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria

Capacidade Legal

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

Democracia e Instituições Políticas

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

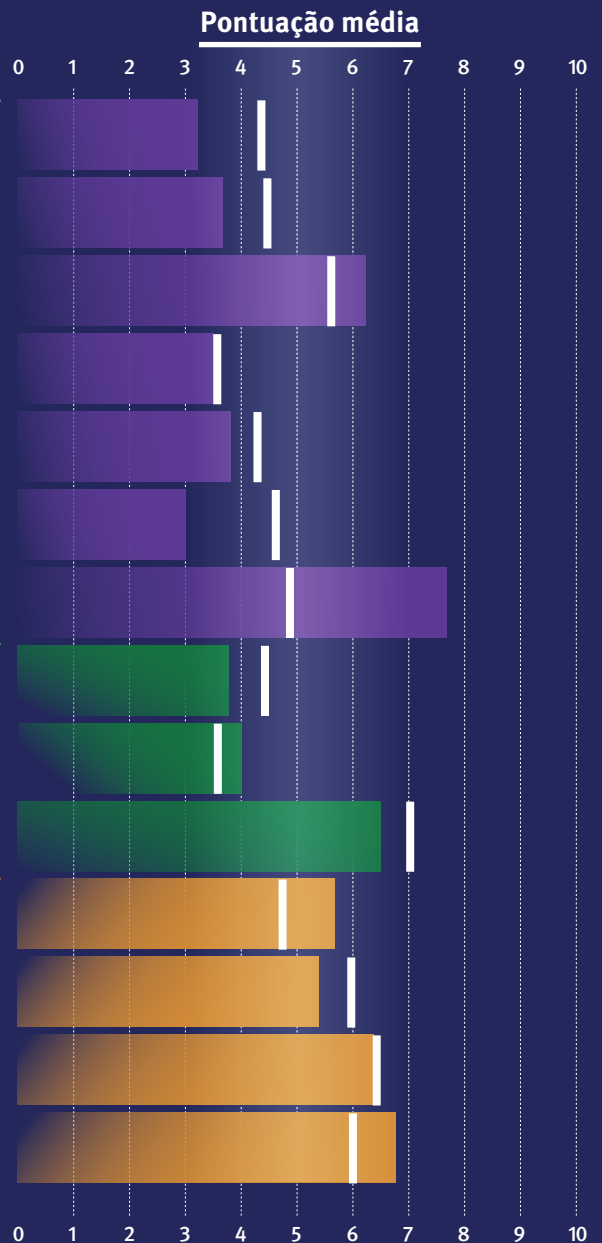
Sociedade Civil e Mídia

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais





11

RANKING

PARAGUAI

A pontuação do Paraguai subiu 4%, continuando uma tendência positiva de quatro anos, embora o país tenha permanecido em 11º lugar no ranking geral. O Paraguai registrou melhorias moderadas em comparação com o ano anterior em todas as três categorias. O país superou a média regional na variável que mede a mobilização da sociedade civil contra a corrupção e continuou sua trajetória ascendente na variável que avalia a cooperação internacional na aplicação da lei, empatando com a Costa Rica no primeiro lugar.

Este desempenho veio na sequência de alegações de corrupção dirigidas ao partido governante, o Partido Colorado. Em 2022, os Estados Unidos acusaram o ex-presidente Horacio Cartes e o atual vice-presidente Hugo Velázquez como participantes de “corrupção significativa”. Em janeiro de 2023, os EUA anunciaram novas sanções contra Cartes e Velázquez, que negaram irregularidades. A procuradoria-geral do Paraguai iniciou uma investigação sobre as alegações dos EUA em março de 2023.

Os esforços do país para combater a lavagem de dinheiro avançaram. Após uma avaliação da Força-Tarefa de Ação Financeira da América Latina (GAFILAT) em 2022, que observou uma melhoria significativa no sistema de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo do Paraguai, a organização não incluiu o Paraguai em sua “lista cinza”.

Apesar desse progresso, o Paraguai permanece abaixo da média regional em sua pontuação geral, já que problemas graves continuam prejudicando os esforços de combate à corrupção. A violência e o crime organizado afetam as investigações – em maio de 2022, um promotor com um papel importante em uma ampla operação para combater o tráfico de narcóticos foi assassinado – e a politização é um obstáculo persistente. A ex-procuradora-geral foi alvo de críticas públicas por sua aparente relutância em prosseguir com casos de corrupção envolvendo o partido que governa o país.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

O compromisso do presidente eleito Santiago Peña com os esforços anticorrupção. Peña, do partido governista Colorado, obteve 43% dos votos nas eleições de abril e assumirá o cargo em agosto. Peña tem laços estreitos com o ex-presidente Cartes, que é o presidente do Partido Colorado e exerce considerável influência política.

A pressão dos EUA na forma de designações ou sanções relacionadas à corrupção pode incentivar o Paraguai a aumentar a cooperação internacional nos esforços anticorrupção e anticrime organizado.



MÉXICO

12
RANKING

3.87

Pontuação 2023

4.05

Pontuação 2022

4.25

Pontuação 2021

4.55

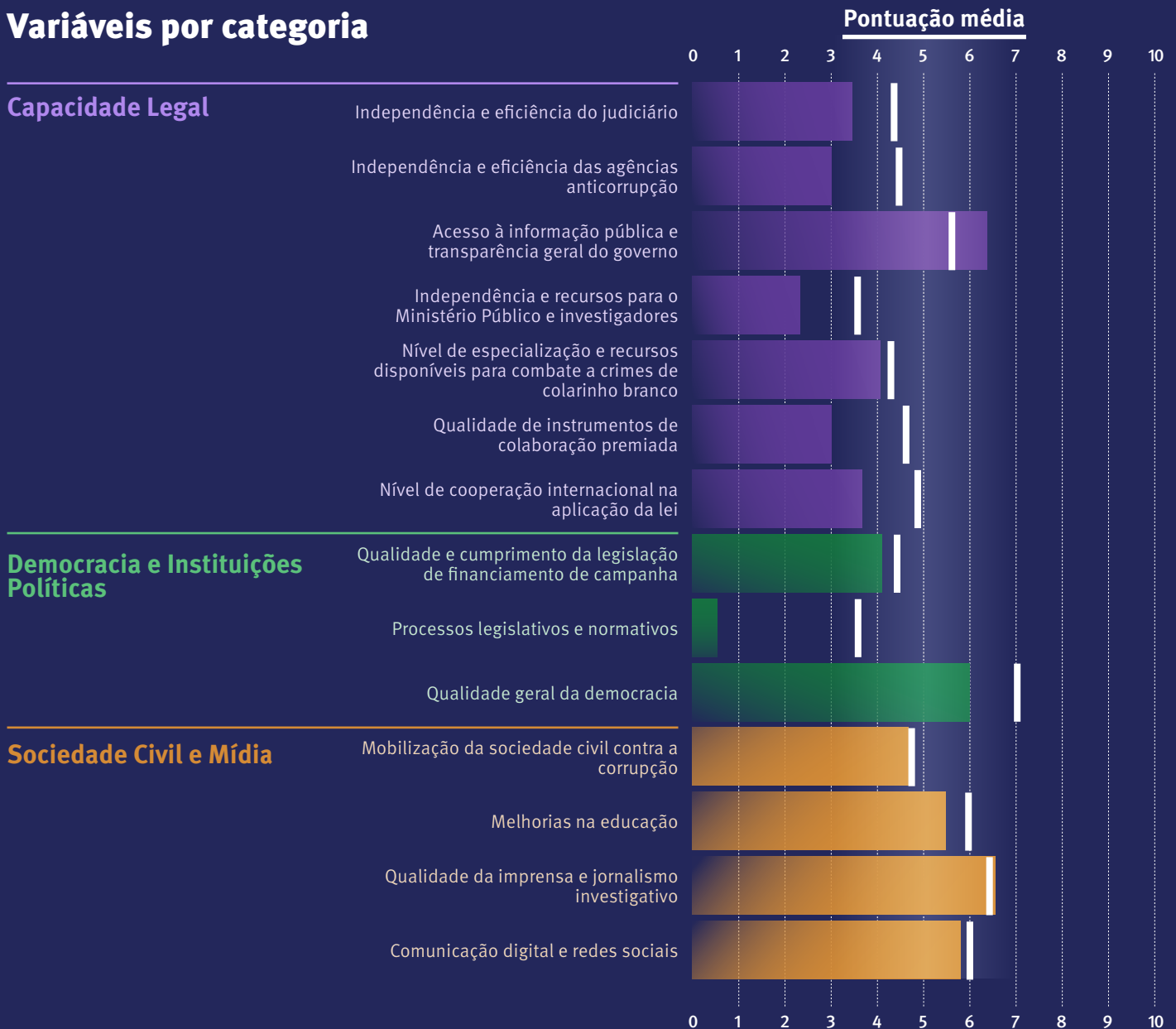
Pontuação 2020

3.56 Capacidade Legal

3.62 Democracia e Instituições Políticas

5.62 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





12

RANKING

MÉXICO

A pontuação do México continuou sua trajetória de queda pelo quarto ano consecutivo, com um recuo de 4%, mas o país manteve o 12º lugar no ranking. O declínio mais pronunciado ocorreu na categoria sociedade civil e mídia, já que os jornalistas mexicanos continuam enfrentando condições de trabalho adversas, incluindo o maior índice mundial de violência contra repórteres fora da Ucrânia. O presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) continuou a criticar duramente jornalistas e membros da sociedade civil, e novas denúncias surgiram sobre o uso do software de espionagem Pegasus contra jornalistas, ativistas e o subsecretário de direitos humanos do México (o governo nega irregularidades). Ao mesmo tempo, protestos em grande escala se concentraram na reforma polêmica do presidente para cortar recursos do Instituto Nacional Eleitoral (INE), enquanto a corrupção tornou-se um foco menor de protestos nos últimos anos.

O México está atrás da média regional na categoria capacidade legal e teve um revés de 14% em relação ao ano anterior na variável que avalia as agências anticorrupção. AMLO continuou a criticar agências independentes como o INE e o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais (INAI). Essa agência não conta com o quórum necessário para funcionar desde abril de 2023, quando AMLO vetou os comissários que o Senado havia indicado. Desde o início de junho a INAI pôde realizar duas sessões extraordinárias sobre questões específicas por meio de duas determinações judiciais.

Em abril, o Senado aprovou um projeto de lei que concede ao Ministério da Administração Pública (SFP) a supervisão das compras governamentais e dos gastos públicos, o que pode afetar a prestação de contas nos processos de compras. As deficiências institucionais do país no combate à corrupção continuam a dificultar a resolução de casos de corrupção existentes.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Apesar de um aumento no orçamento para agências anticorrupção no âmbito do Sistema Nacional Anticorrupção (SNA) para 2023, o programa continua enfrentando desafios de implementação. AMLO continua criticando esse mecanismo e lançou uma iniciativa para eliminar sua Secretaria Executiva.

As autoridades estão investigando um caso envolvendo o suposto desvio de centenas de milhões de dólares da Agência Mexicana de Segurança Alimentar (Segalmex) entre 2019 e 2021.

O México realizará eleições presidenciais, legislativas e governamentais em junho de 2024. A corrupção continua sendo uma das principais preocupações dos eleitores e pode ser tema de campanha.



GUATEMALA

13
RANKING

2.86

Pontuação 2023

3.38

Pontuação 2022

3.84

Pontuação 2021

4.04

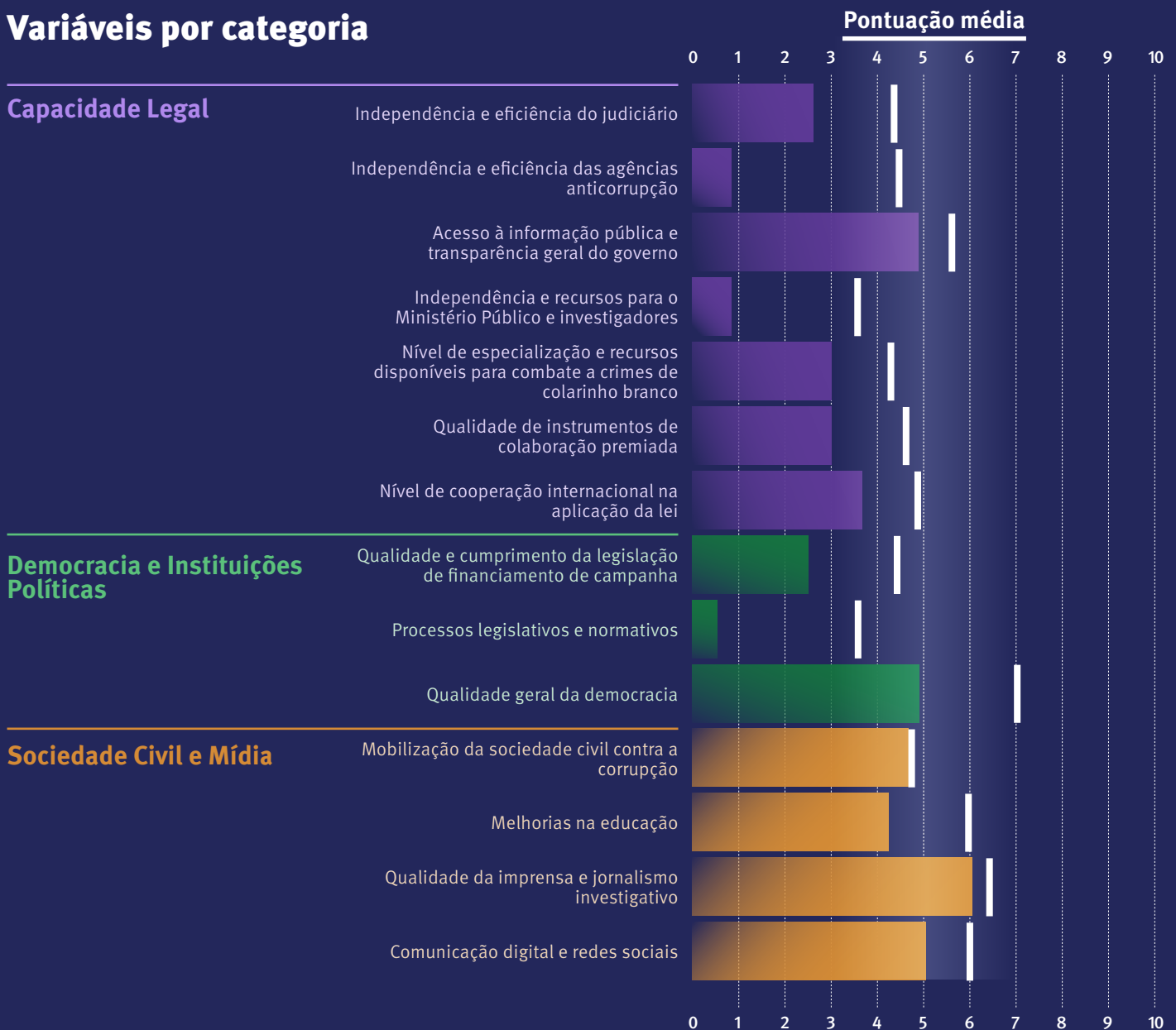
Pontuação 2020

2.46 Capacidade Legal

2.62 Democracia e Instituições Políticas

5.00 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





13
RANKING

GUATEMALA

A Guatemala teve a queda mais acentuada entre todos os países que compõem o Índice em 2023, com um retrocesso de 15% em relação ao ano anterior, consolidando uma trajetória de declínio de quatro anos. Embora a Guatemala tenha se mantido na 13^a posição, o país agora está mais próximo da Bolívia, que ocupa a 14^a posição, do que do México, no 12^o lugar no ranking. A Guatemala registrou declínios especialmente acentuados em duas categorias: capacidade legal (queda de 20%) e democracia e instituições políticas (16%).

O Índice aponta para retrocessos substanciais em variáveis-chave, um reflexo da percepção de que o processo democrático do país se deteriorou no último ano. Essas variáveis avaliam os processos legislativos e normativos (queda de 56%, atingindo o nível mais baixo em cinco anos), a eficácia e independência dos órgãos anticorrupção (queda de 38%) e a independência do Ministério Público (queda de 50%). A procuradora-geral foi acusada por “corrupção significativa” pelo governo americano, que também incluiu o chefe da Unidade Anticorrupção (FECl) na lista Engel de atores corruptos. O Ministério Público continuou numa rota de perseguição judicial e detenções, levando pelo menos 20 juízes e promotores anticorrupção a fugir da Guatemala em 2022. Jornalistas críticos do governo enfrentam cada vez mais desafios legais, como demonstra a prisão, em julho de 2022, do diretor do jornal *elPeriódico*, Jose Rubén Zamora.

A Guatemala registrou avanços modestos em duas variáveis. O país viu um aumento de 8% na mobilização da sociedade civil contra a corrupção e de 5% na comunicação digital e redes sociais, o que indica que seus cidadãos estão exigindo mais medidas contra a corrupção. Protestos contra a corrupção e falta de independência judicial, com participação significativa da população, ocorreram em agosto e setembro de 2022 na Cidade da Guatemala. A capital também viu protestos de pequena escala em novembro.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Sandra Torres e Bernardo Arévalo foram os candidatos mais votados no primeiro turno das eleições na Guatemala no último 25 junho e avançaram para o segundo turno, que será dia 20 de agosto. A ênfase que Arévalo dá ao combate à corrupção fará do tema um assunto importante no segundo turno.

O próximo governo, que tomará posse em janeiro de 2024, provavelmente enfrentará pressão significativa para lidar com a corrupção em meio ao crescente descontentamento popular.



BOLÍVIA

14
RANKING

2.56

Pontuação 2023

2.57

Pontuação 2022

2.43

Pontuação 2021

2.71

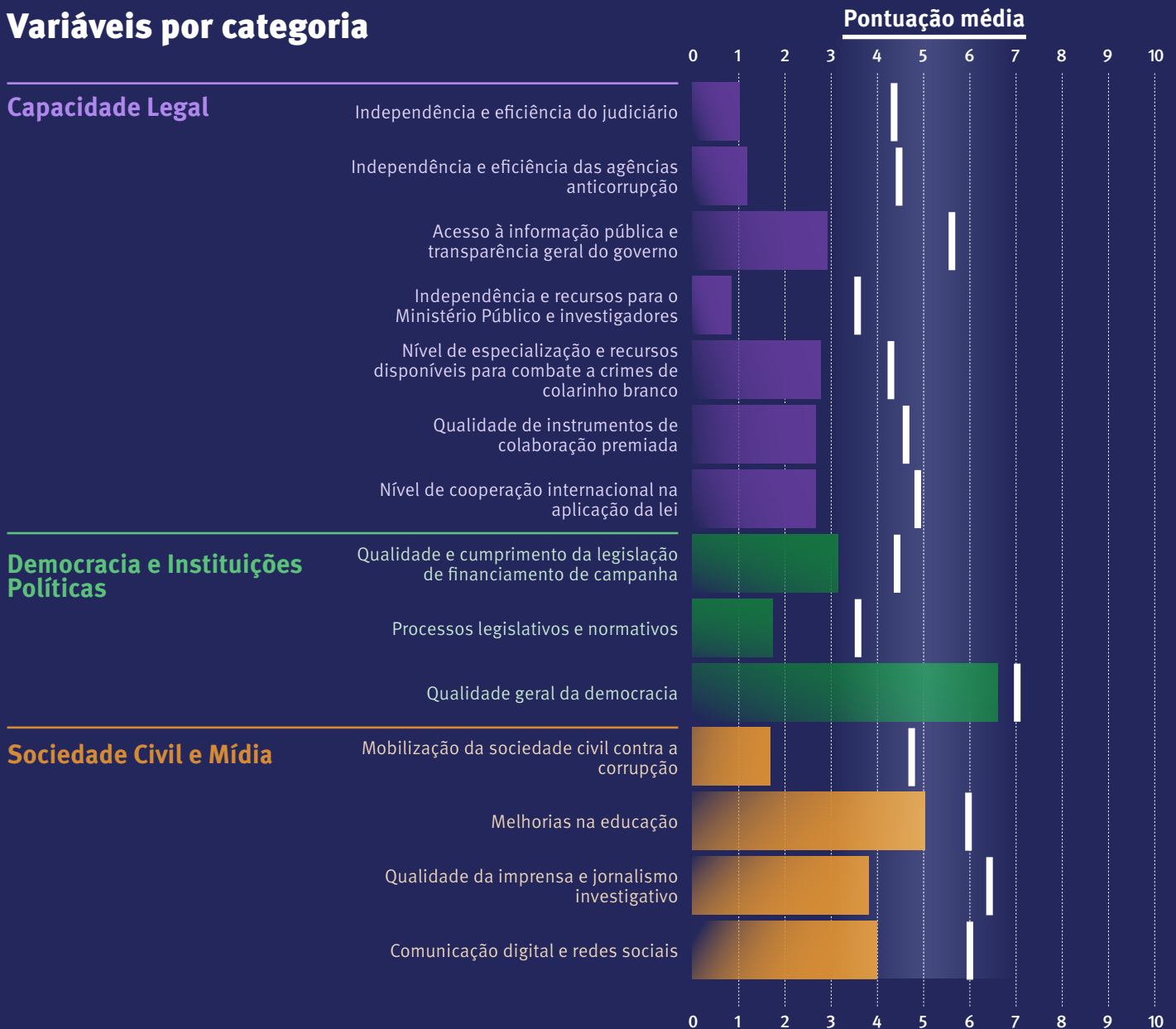
Pontuação 2020

1.83 Capacidade Legal

3.72 Democracia e Instituições Políticas

3.62 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





14

RANKING

BOLÍVIA

A Bolívia permaneceu em 14º lugar no Índice, posição que ocupa desde 2020. O país sofreu seu revés mais significativo na categoria sociedade civil e mídia, que caiu 10%. A queda na variável que avalia a qualidade da imprensa reflete como os meios de comunicação independentes do país continuam investigando a corrupção, mas carecem de recursos para realizar investigações de forma consistente. A Bolívia teve um retrocesso de 17% na variável que avalia a mobilização da sociedade civil contra a corrupção. Em meio às restrições do governo, as poucas ONGs que lidam com temas de transparência tiveram um impacto limitado.

A Bolívia está à frente apenas da Venezuela na variável que avalia a independência do judiciário, e os analistas apontaram para a contínua politização do sistema de justiça da Bolívia no ano passado. A ex-presidente interina Jeanine Áñez foi condenada em junho de 2022 a dez anos de prisão por tomar “decisões contrárias à Constituição” como presidente; ela negou as acusações. O governador de Santa Cruz e proeminente líder da oposição, Luis Fernando Camacho, foi preso em dezembro de 2022 por supostas acusações de terrorismo relacionadas à destituição do ex-presidente Evo Morales em 2019. Camacho negou qualquer irregularidade. Essas decisões foram descritas pelos EUA, a União Europeia e organizações de direitos humanos proeminentes como motivadas por considerações políticas.

Em fevereiro de 2023, o governo aprovou o Decreto Supremo nº 4.872, também chamada de Política Plurinacional de Combate à Corrupção. A medida tem a meta de fortalecer o combate à corrupção por meio da digitalização de informações e articulação com a sociedade civil, e reconhece o papel do setor privado na promoção do cumprimento de regras.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

As eleições do judiciário estão marcadas para outubro de 2023, quando os eleitores escolherão os membros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Constitucional, do Tribunal Agroambiental e do Conselho Judiciário. As tensões políticas podem aumentar à medida que a Assembleia Legislativa pré-seleciona os candidatos antes da votação popular. Eleições do judiciário anteriores, em 2011 e 2017, foram marcadas por abstenção e votos em branco ou nulos.

As investigações relacionadas à corrupção contra oponentes políticos podem continuar à medida que as divisões dentro do partido governista Movimento ao Socialismo (MAS) aumentam.



VENEZUELA

15
RANKING

1.46

Pontuação 2023

1.63

Pontuação 2022

1.40

Pontuação 2021

1.52

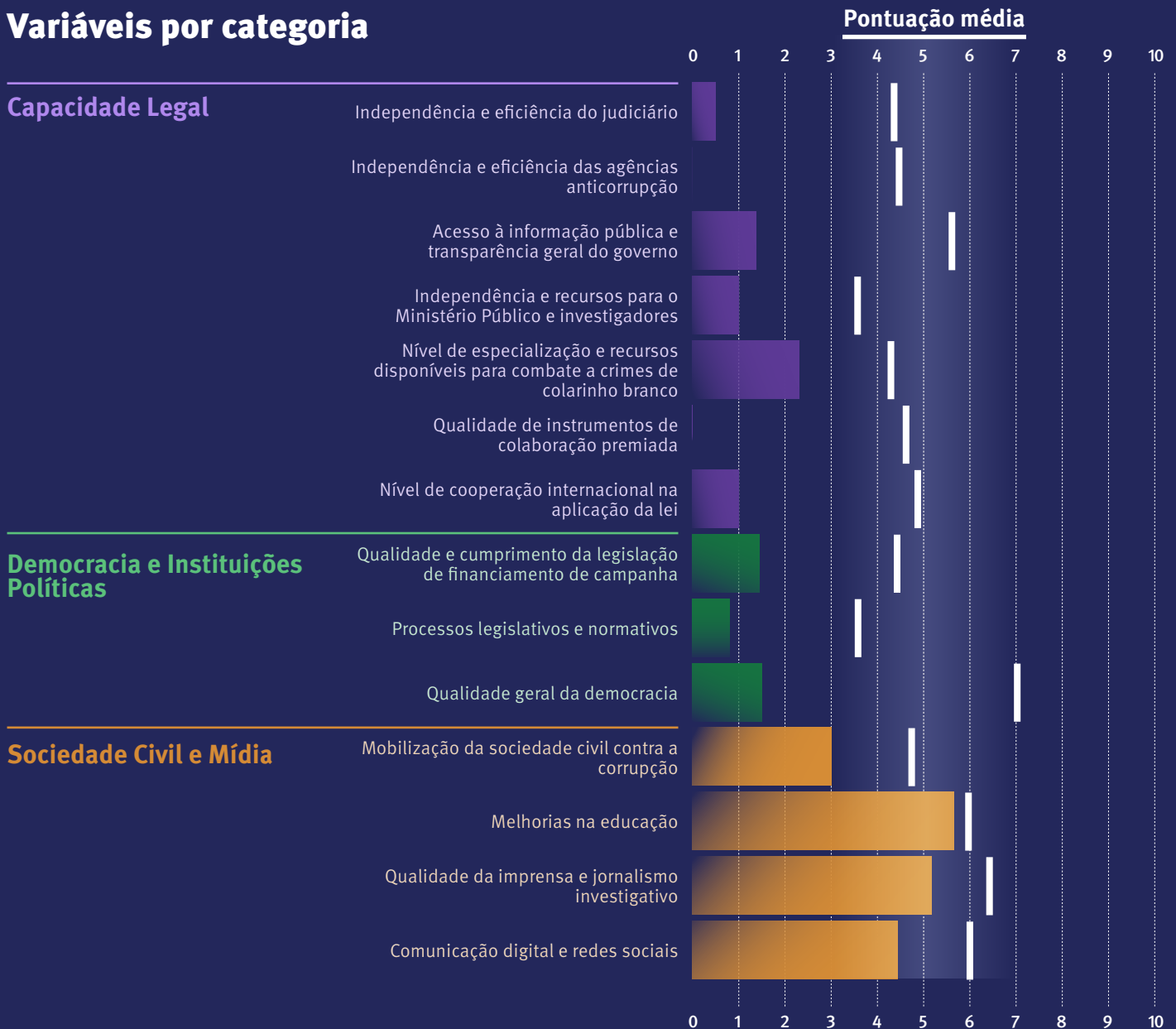
Pontuação 2020

0.81 Capacidade Legal

1.28 Democracia e Instituições Políticas

4.57 Sociedade Civil e Mídia

Variáveis por categoria





15
RANKING

VENEZUELA

A Venezuela ficou em último lugar no ranking, marcando o quinto ano consecutivo do país com a pontuação mais baixa da região. Após ganhos modestos em 2022, a Venezuela teve retrocessos em todas as três categorias em 2023.

A variável que avalia a mobilização da sociedade civil contra a corrupção caiu 18%, enquanto a variável que avalia a qualidade da imprensa caiu 15%, colocando a Venezuela em penúltimo lugar em ambas as variáveis. Esse declínio reflete ameaças constantes à liberdade de imprensa e às liberdades civis pelo governo de Nicolás Maduro. Em janeiro, a Assembleia Nacional (controlada pelo partido PSUV de Maduro) aprovou um projeto de lei que exige que todas as ONGs informem seus bens e divulguem ao governo suas relações com doadores. Várias organizações internacionais proeminentes de combate à corrupção e de direitos humanos denunciaram a medida, porque temem que ela facilite a perseguição a ONGs. O projeto de lei serve como um lembrete da estratégia do governo de oprimir a dissidência. Desde que protestos de professores e funcionários do setor público começaram em 2022, vários líderes sindicais, jornalistas e ativistas de ONGs foram detidos arbitrariamente.

Em março, Maduro lançou uma investigação sobre corrupção na petrolífera estatal PDVSA e outras empresas estatais que levou à prisão de mais de 60 pessoas e à renúncia do ex-ministro do Petróleo Tareck El Aissami. Observadores notaram que, em vez de reprimir a corrupção, a investigação parece ter como objetivo consolidar o domínio de Maduro dentro do PSUV.

ÁREAS CRÍTICAS A SEREM MONITORADAS

Embora o governo de Maduro e a oposição tenham retomado negociações que estavam paralisadas desde outubro de 2021, na Cidade do México em novembro de 2022, as perspectivas de novos acordos são incertas. Em março, o governo de Maduro exigiu a remoção total das sanções dos EUA antes de chegar a qualquer acordo com a oposição.

Uma eleição presidencial está programada para 2024, embora os especialistas não esperem um processo eleitoral livre e justo. A oposição realizará uma primária em outubro. Perseguição seletiva de ativistas, líderes sindicais e políticos da oposição pode ocorrer em meio a protestos contínuos de funcionários públicos e campanhas para as eleições.

METODOLOGIA

ESTRUTURA DA PESQUISA

O Índice CCC abrange diferentes aspectos do ambiente anticorrupção em um grupo de países—desde a independência do judiciário e das agências de segurança pública até a qualidade da legislação sobre lobby e o financiamento de campanhas. A pontuação geral do Índice CCC é composta por três categorias:

- Capacidade legal (I)
- Democracia e instituições políticas (II); e
- Sociedade civil e mídia (III).

Essas categorias, por sua vez, são divididas nas seguintes 14 variáveis:

CAPACIDADE LEGAL

Independência e eficiência do judiciário

Independência e eficiência das agências anticorrupção

Acesso à informação pública e transparência geral do governo

Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores

Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco

Qualidade de instrumentos de colaboração premiada

Nível de cooperação internacional na aplicação da lei

DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha

Processos legislativos e normativos

Qualidade geral da democracia

SOCIEDADE CIVIL E MÍDIA

Mobilização da sociedade civil contra a corrupção

Melhorias na educação

Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo

Comunicação digital e redes sociais

Coletivamente, essas 14 variáveis fornecem uma visão abrangente e detalhada do ambiente anticorrupção dos países — ou seja, sua capacidade de detectar, punir e deter a corrupção. Entendemos que as 14 variáveis influenciam de forma diferente a capacidade de cada país de combater a corrupção, portanto, as mesmas recebem pesos diferentes na pontuação para refletir essa realidade. Por exemplo, consideramos a independência e a eficiência do judiciário mais críticas do que o livre fluxo de informações nas redes sociais. Consequentemente, as duas primeiras variáveis tem maior peso na pontuação do Índice CCC.

COLETA DE DADOS

Os dados inseridos no modelo do índice foram extraídos de duas fontes: dados publicamente disponíveis gerados ou coletados por instituições renomadas e um levantamento exclusivo feito com especialistas da Control Risks e outros profissionais líderes na área de combate à corrupção na região.

OS DADOS PÚBLICOS UTILIZADOS PARA O ÍNDICE FORAM EXTRAÍDOS DAS SEGUINTE INSTITUIÇÕES

Basel Institute on Governance

Freedom House

Harvard Electoral Integrity Project

International IDEA

International Budget Partnership

Newzoo Global Mobile Market Report

Repórteres sem Fronteiras

UNESCO

Banco Mundial

Fórum Econômico Mundial

Projeto de Justiça Mundial

O Índice se baseia nos dados mais recentes disponíveis dessas instituições. Alguns dados da UNESCO e do Fórum Econômico Mundial não foram atualizados ao longo do último ano. Nesses casos, usamos os mesmos dados utilizados no índice CCC de 2022. Por causa disso, os resultados do levantamento tiveram um peso relativo maior na determinação dos resultados nas pontuações dos países em 2023. Em alguns casos, foram extraídos apenas pontos específicos de um conjunto de dados — por exemplo, o índice usa apenas o fator Governo Aberto do banco de dados do Projeto de Justiça Mundial e apenas a variável de financiamento de campanha no repositório do Harvard Electoral Integrity Project.

Além dos dados disponíveis publicamente, conduzimos um levantamento com especialistas no combate à corrupção que trabalham na região. O

questionário da pesquisa tem dois propósitos. Em primeiro lugar, complementar os dados disponíveis publicamente, que por si só não cobrem de forma abrangente todas as áreas que pretendíamos avaliar. E, em segundo lugar, reunir informações mais específicas e detalhadas não disponíveis no domínio público. O resultado final é uma metodologia híbrida de dados “concretos” e resultados da pesquisa junto a especialistas, garantindo a flexibilidade e precisão necessárias para realização da análise.

Como na edição 2022, consultamos três especialistas por país – um analista da Control Risks e dois analistas independentes – comparado com dois especialistas consultados na edição de 2019. Com a vantagem de ter um especialista adicional, pudemos identificar fatores considerados “pontos fora da curva”: quando um especialista divergia significativamente dos outros dois (em mais de dois pontos), convidamos esse especialista a esclarecer a linha de raciocínio por trás da resposta fornecida.

Com mais dados de pesquisa, também pudemos realizar melhores comparações regionais para detectar anomalias. Por exemplo, analisamos a correlação entre dados “concretos” e os dados do levantamento e selecionamos os casos com grandes divergências para uma análise mais detalhada.

A pesquisa foi realizada entre meados de março e meados de abril e incluiu os seguintes especialistas: Mauricio Alarcón Salvador (Fundación Ciudadanía y Desarrollo), Fabiano Angélico (Università della Svizzera Italiana (USI)), Ana Luiza Aranha (Global Compact Network Brazil), David Arellano-Gault (CIDE), Miguel Carter (DEMOS - Centro para la Democracia, la Creatividad y la Inclusión Social), Marielos Chang (consultora política e professora universitária), Hazel Feigenblatt (consultora internacional anticorrupção), Mercedes De Freitas (Transparencia Venezuela), María Paula Garat (Universidad Católica del Uruguay), María Jaraquemada Hederra (Chile Transparente), Elizabeth Heurtematte (LOVILL), Mariana Labastie Gómez (ICD - Instituto de Comunicación y Desarrollo (Uruguay)), Leonardo Limanski (consultor independente), Sandra Martínez (Transparencia por Colombia), Gustavo L. Morales Oliver (Maral O'Farrell Mairal), Carolina Muñoz Con (According2Law), Vivian Newman (Dejusticia), Alfredo Ortega Franco (Universidad Rafael Landívar), Bonnie J. Palifka (Tecnológico de Monterrey), Carlos Anibal Peris Castiglioni (Universidad Nacional de Asunción), Cristián Pliscoff (Pontificia Universidad Católica de Chile), Denisse Rodriguez-Olivari (School of Transnational Governance - European University Institute), Paola Romero (Certeza Group), Lindsay Sykes (PPO Abogados), Simeon Tegel (jornalista e analista), Camila Ulloa Torres (Grupo FARO), Ana Carolina Ureña A. (Trident Trust Panamá) and Geovanny Vicente-Romero (Inter-American Institute on Justice and Sustainability (IIJS)). Dois especialistas externos que trabalham na Bolívia e na Venezuela pediram para não ser identificados. Entre os analistas da Control Risks que participaram estão Joe Beckford, Mário Braga, Sebastián Fernández de Soto, Theodore Kahn, Leandro Lima, Laura Lizarazo, Marina Pera, Karla Schiaffino e Valeria Vásquez.

Os especialistas mencionados não concordam necessariamente com todas as conclusões e opiniões expressas neste relatório.

LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Todos os índices que medem o comportamento humano são imperfeitos, pois nunca podem capturar todos os elementos de um determinado fenômeno. O Índice CCC é necessariamente uma representação parcial, com base no modelo discutido acima, com 14 variáveis baseadas em dados limitados de domínio público e exclusivos do levantamento. O modelo do índice tem algumas limitações, incluindo subjetividade, sobreposição e endogeneidade (uma relação causal entre algumas das variáveis). Os questionários enviados aos especialistas de cada país foram formulados de forma tão factual quanto possível, mas algum grau de subjetividade inevitavelmente foi mantido. Para reduzir a subjetividade, aplicamos uma análise rigorosa para testar a consistência das respostas e solicitamos que os especialistas interpretassem e comparassem os dados com médias regionais. A sobreposição está relacionada ao fato de que algumas variáveis incluem os mesmos elementos: por exemplo, a pontuação da Freedom House também inclui medidas de independência jurídica. Quanto à endogeneidade, embora reconheçamos que possa estar presente na metodologia, concluímos que ela não prejudica a consistência dos resultados. As mesmas variáveis, usando as mesmas fontes de dados, foram analisadas para todos os países, de modo que qualquer endogeneidade afetaria todos os países basicamente da mesma maneira. Por último, mas não menos importante, é impossível analisar todos os elementos que afetam a capacidade de um país de combater a corrupção. Seleccionamos 14 variáveis que cobrem uma ampla gama de tópicos que consideramos como os principais elementos que moldam o ambiente anticorrupção. Mas alguns aspectos podem ter sido deixados de fora. Nos casos em que acreditávamos que isso seria uma limitação, destacamos esse fator no perfil do país.

AGRADECIMENTOS

O Índice CCC é o resultado do trabalho de mais de cinquenta pessoas e queremos agradecer a todos.

Desde AS/COA, a Gerente de Política Emilie Sweigart ajudou na execução do projeto e na redação do relatório. O Assistente de Pesquisa Jack Quinn contribuiu com o processo de redação. O Diretor de Arte Donald Partyka e a Assistente de Direção de Arte Anais Gonzalez respondem pelo design do relatório e a visualização digital de dados. A Directora de Relações com a Mídia Claudia Torrens e a Assessora de Imprensa Daniela Cobos ajudaram na divulgação e promoção do Índice.

Desde Control Risks, Diretor de Análise de Dados Edmar Torres e o Consultor Nicolas Flores lideraram a análise de dados, preenchendo a crescente base de dados do Índice CCC e tabulando os dados que informam o relatório. A Gerente Senior de Marketing Laure le Masson e a Coordenadora de Marketing Juliana Borges, colaboraram com a equipe de mídia da AS/COA para coordenar a cobertura de imprensa e o planejamento dos eventos pós-lançamento. Lina Quintero Guzmán dedicou boa parte do seu estágio na organização à análise de dados e ofereceu observações.

Categorias

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Capacidade Legal	4.28	1.83	4.80	6.22	4.58	6.69	4.39	2.46	3.56	5.26	4.27	5.51	5.80	6.54	0.81
Democracia e Instituições Políticas	5.86	3.72	4.16	7.84	4.58	7.19	4.76	2.62	3.62	5.62	4.61	5.21	4.50	7.98	1.28
Sociedade Civil e Mídia	7.01	3.62	6.15	6.56	5.99	6.30	5.80	5.00	5.62	5.55	6.05	6.21	5.41	7.15	4.57

Variáveis

Capacidade Legal	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Independência e eficiência do judiciário	3.88	1.01	5.05	7.17	4.95	7.05	3.90	2.60	3.45	4.54	3.21	4.68	5.16	8.19	0.49
Independência e eficiência das agências anticorrupção	3.67	1.17	4.67	7.50	5.17	7.83	4.67	0.83	3.00	5.00	3.67	6.17	6.83	6.83	0.00
Acesso à informação pública e transparência geral do governo	5.78	2.91	6.67	7.25	5.30	6.97	5.09	4.88	6.36	5.43	6.22	5.69	6.97	7.19	1.37
Independência e recursos para o Ministério Público e investigadores	4.17	0.83	4.17	5.67	3.33	5.50	3.67	0.83	2.33	5.67	3.50	3.83	3.83	5.17	1.00
Nível de especialização e recursos disponíveis para combate a crimes de colarinho branco	5.06	2.77	3.94	5.80	4.47	4.98	4.17	3.00	4.06	4.80	3.81	5.11	4.96	5.12	2.30
Qualidade de instrumentos de colaboração premiada	5.00	2.67	5.33	5.00	4.00	6.67	4.33	3.00	3.00	5.67	3.00	6.67	7.00	8.00	0.00
Nível de cooperação internacional na aplicação da lei	3.00	2.67	4.00	4.33	5.00	7.67	5.33	3.67	3.67	6.00	7.67	7.33	6.67	5.00	1.00

Democracia e Instituições Políticas	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Qualidade e cumprimento da legislação de financiamento de campanha	4.89	3.14	4.19	7.22	3.45	6.99	4.32	2.50	4.10	4.39	3.77	5.19	3.57	6.72	1.45
Processos legislativos e normativos	4.67	1.73	1.07	7.20	3.87	5.60	3.20	0.53	0.53	4.80	4.00	3.47	3.60	8.27	0.80
Qualidade geral da democracia	8.50	6.60	7.20	9.40	7.00	9.10	7.00	4.90	6.00	8.30	6.50	7.00	6.80	9.60	1.50

Sociedade Civil e Mídia	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	Guatemala	México	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Mobilização da sociedade civil contra a corrupção	4.67	1.67	5.67	6.67	6.33	4.67	5.67	4.67	4.67	3.67	5.67	5.00	3.67	6.00	3.00
Melhorias na educação	8.07	5.03	5.68	7.34	5.89	6.63	5.29	4.24	5.47	6.43	5.38	6.08	5.67	6.68	5.65
Qualidade da imprensa e jornalismo investigativo	8.01	3.81	6.86	6.57	6.23	7.37	6.58	6.04	6.54	5.65	6.37	6.85	6.32	8.25	5.17
Comunicação digital e redes sociais	7.29	3.98	6.37	5.65	5.49	6.54	5.66	5.04	5.80	6.44	6.77	6.89	5.97	7.65	4.44